



Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
APNE	Associação Plantas do Nordeste	Inpe	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
CAM	Centro de Apoio aos Microempreendedores	ISA/VIC	Associação Instituto Socioambiental de Viçosa
Ceman	Centro de Monitoramento Ambiental	Laf	Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais
Cenaflor	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal	LGFP	Lei de Gestão de Florestas Públicas
CGFPU	Cadastro Geral de Florestas Públicas da União	Loa	Lei Orçamentária Anual
CGU	Controladoria Geral da União	LPF	Laboratório de Produtos Florestais
Cirad	Centro Internacional de Pesquisa Agronômica e Desenvolvimento do Governo Francês	MMA	Ministério do Meio Ambiente
Cites	Convenção do Clima, da Biodiversidade e das Espécies Ameaçadas	OIMT	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
CNAE	Comissão Nacional de Classificação	Pac	Plano de Aceleração do Crescimento
CND	Conselho de Defesa Nacional	PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas	PAS	Plano Amazônia Sustentável
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	Pib	Produto interno bruto
Detex	Sistema de Detecção da Exploração Seletiva	PMCF	Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
DFS	Distritos Florestais Sustentáveis	PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
Dof	Documento de Origem Florestal	PNF	Plano Nacional de Florestas
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	PNGF	Portal Nacional da Gestão Florestal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	PPCDAM	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
Fao	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	Resex	Reserva Extrativista
Flona	Floresta Nacional	SFB	Serviço Florestal Brasileiro
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
FPF	Florestas Públicas Federais	Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
Funai	Fundação Nacional do Índio	Sicafi	Sistema de Cadastro, Fiscalização e Arrecadação
Geal	Gerência Executiva de Administração e Logística	Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
GECF	Gerência Executiva de Concessões Florestais	Sinima	Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
GECFP	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas	Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
GEFC	Gerência Executiva de Florestas Comunitárias	Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
Geff	Gerência Executiva de Fundo e Fomento	Snif	Sistema Nacional de Informações Florestais
Geinf	Gerência Executiva de Informações Florestais	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	TCU	Tribunal de Contas da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	UC	Unidade de Conservação

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	UCN	<i>The International Union for Conservation of Nature</i>
IFN	Inventário Florestal Nacional	UMF	Unidade de Manejo Florestal
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	UnB	Universidade de Brasília
Inea	Instituto Estadual do Meio Ambiente	UR	Unidade Regional
		ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Figura 1. Organograma do Serviço Florestal Brasileiro	16
Figura 2. Fluxograma do processo de concessão florestal	23
Quadro I – Dados gerais do programa	25
Quadro II – Dados gerais da ação	26
Quadro III – Dados gerais da ação	28
Quadro IV – Dados gerais da ação	30
Quadro V – Dados gerais da ação	32
Quadro VI – Dados gerais da ação	35
Quadro VII – Dados gerais da ação	37
Quadro VIII – Dados gerais da ação	39
Quadro IX – Dados gerais da ação	41
Quadro X – Dados gerais da ação	42
Quadro XI – Dados gerais da ação	44
Quadro XII – Dados gerais da ação	46
Quadro XIII – Dados gerais da ação	48
Quadro XIV – Principais contratações e parcerias relacionadas ao manejo florestal comunitário.	49
Quadro XV – Dados gerais da ação	51
Quadro XVI - Identificação das Unidades Orçamentárias	55
Tabela I – Programação das Despesas Correntes	55
Tabela II – Programação das Despesas de Capital	56
Tabela III – Resumo da Programação das Despesas e reserva de Contingência	56
Tabela IV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	57
Tabela V – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários da UJ	58
Tabela VI – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ	59
Tabela VII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários da UJ	60
Tabela VIII - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ	62
Tabela IX - Evolução de Gastos Gerais	64
Tabela X - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	66

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Tabela XI - Composição do Quadro de Recursos Humanos	73
Tabela XII - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	75
Tabela XIII - Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI	79
Tabela XIV - Quadro de Detalhamento de Transferências	80
Tabela XV - Projetos e Programas financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)	82

SUMÁRIO

1. Identificação.....	9
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programas.....	10
2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	10
2.1.1 Competências	10
2.1.2 Objetivos estratégicos	13
2.2. Estratégia de atuação da unidade diante das suas responsabilidades.....	16
2.3. Programas e Ações sob responsabilidade da unidade.....	25
2.3.1. Programa Nacional de Florestas	25
2.3.2. Principais Ações do Programa	25
2.3.2.1. Ação 2D25 - Funcionamento do Serviço Florestal.....	26
2.3.2.2. Ação 10F1 - Demarcação das Florestas Públicas da União no Distrito Florestal da BR 163	28
2.3.2.3. Ação 10TC - Elaboração do Inventário Florestal Nacional	30
2.3.2.3. Ação 10TC - Elaboração do Inventário Florestal Nacional	30
2.3.2.4. Ação 10TD - Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais ...	32
2.3.2.5. Ação 20A7 - Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais	35
2.3.2.6. Ação 2D12 - Planejamento e Gestão das Concessões Florestais	37
2.3.2.7. Ação 2D13 - Criação e Implementação de Distritos Florestais Sustentáveis ..	39
2.3.2.8. Ação 4641- Publicidade e Utilidade Pública.....	41
2.3.2.9. Ação 4950 - Capacitação em Atividades Florestais	42
2.3.2.10. Ação 6035- Pesquisa e Desenvolvimento Florestal.....	44
2.3.2.11. Ação 8298 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável....	46
2.3.2.12 Ação 8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário.....	48
2.3.2.13 Ação 8304 - Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais	51
2.4. Desempenho Operacional	53

2.4.1. Programação Orçamentária.....	55
2.4.2. Execução Orçamentária	58
2.4.3. Evolução de Gastos Gerais.....	65
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	66
2.4.5. Indicadores de Desempenho ou Institucionais	72
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	73
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	78
5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	79
6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	80
7. Previdência Complementar Patrocinada	81
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	82
9. Renúncias Tributárias	86
10. Operações de fundos	87
11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	88
11B. Determinações e recomendações do TCU	89
12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	90
13. Registros atualizados nos sistemas SIASG e SICONV	91
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	92

1. Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente		Código SIORG: 99999	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço Florestal Brasileiro			
Denominação abreviada: SFB			
Código SIORG: 44102		Código LOA: 44102	Código SIAFI: 44102
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta			
Principal Atividade: Regulação, controle, definição de política e coordenação do meio ambiente			Código CNAE: 8412-4
Telefones/Fax de contato:	(61) 2028-7149	(61) 2028-7249	Fax : (61) 2028-7269
Endereço eletrônico: info@florestal.gov.br			
Página da internet: http://www.florestal.gov.br			
Endereço Postal: SCEN, Av. L4 Norte, Trecho 2, Bloco H – Brasília – DF CEP: 70.068-901			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Nº 11.284/2006 (DOU de 3/3/2006)			
Decreto 6.101/2007 (DOU de 27/4/2007)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Contrato de Gestão e Desempenho Nº 1/2007 (DOU de 1º/10/2007)			
Decreto nº 6.063/2007 (DOU de 20 de março de 2007)			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Resolução CONAMA nº 379/2006			
Decreto nº 5.975/20006			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
440075		Serviço Florestal Brasileiro	
440088		Setorial Prog. Orçamentária e Financeira – SFB	
440001		Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
44102		Serviço Florestal Brasileiro – SFB	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
440075		44102	

2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programas

2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1 Competências

O Serviço Florestal Brasileiro, criado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, art. 54 e seguintes, previsto na estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), nos termos do Decreto nº 6.101/2007, é órgão específico e colegiado, subordinado a esse Ministério. Possui autonomia administrativa e financeira conferidas pelo Contrato de Gestão e de Desempenho nº 1/2007, celebrado com o Ministério do Meio Ambiente, conforme publicado no Diário Oficial da União em 1/10/2007.

O Serviço Florestal Brasileiro tem por finalidade o exercício das competências previstas na Lei nº 11.284/2006, em especial, o disposto no art. 55:

“Art. 55. O SFB atua exclusivamente na gestão das florestas públicas e tem por competência:

I - exercer a função de órgão gestor prevista no art. 53 desta Lei, no âmbito federal, bem como de órgão gestor do FNDF;

II - apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais, incluindo manejo florestal, processamento de produtos florestais e exploração de serviços florestais;

III - estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços;

IV - promover estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas;

V - propor planos de produção florestal sustentável de forma compatível com as demandas da sociedade;

VI - criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente;

VII - gerenciar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, exercendo as seguintes funções:

a) organizar e manter atualizado o Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União;

b) adotar as providências necessárias para interligar os cadastros estaduais e municipais ao Cadastro Nacional;

VIII - apoiar e atuar em parceria com os seus congêneres estaduais e municipais. ”

Dessa forma, além das competências previstas no art. 55, o Serviço Florestal Brasileiro, no exercício da função de órgão gestor prevista no art. 53 da Lei nº 11.284, de 2006, também possui as seguintes competências:

“Art. 53. Caberá aos órgãos gestores federal, estaduais e municipais, no âmbito de suas competências:

I - elaborar proposta de PAOF, a ser submetida ao poder concedente;

II - disciplinar a operacionalização da concessão florestal;

III - solicitar ao órgão ambiental competente a licença prévia prevista no art. 18 desta Lei;

IV - elaborar inventário amostral, relatório ambiental preliminar e outros estudos;

V - publicar editais, julgar licitações, promover os demais procedimentos licitatórios, inclusive audiência e consulta pública, definir os critérios para formalização dos contratos e celebrá-los com concessionários de manejo florestal sustentável, quando delegado pelo poder concedente;

VI - gerir e fiscalizar os contratos de concessão florestal;

VII - dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionários, produtores independentes e comunidades locais;

VIII - controlar e cobrar o cumprimento das metas fixadas no contrato de concessão;

IX - fixar os critérios para cálculo dos preços de que trata o art. 36 desta Lei e proceder à sua revisão e reajuste na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

X - cobrar e verificar o pagamento dos preços florestais e distribuí-los de acordo com esta Lei;

XI - acompanhar e intervir na execução do PMFS, nos casos e condições previstos nesta Lei;

XII - fixar e aplicar as penalidades administrativas e contratuais impostas aos concessionários, sem prejuízo das atribuições dos órgãos do Sisnama responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental;

XIII - indicar ao poder concedente a necessidade de extinção da concessão, nos casos previstos nesta Lei e no contrato;

XIV - estimular o aumento da qualidade, produtividade, rendimento e conservação do meio ambiente nas áreas sob concessão florestal;

XV - dispor sobre a realização de auditorias florestais independentes, conhecer seus resultados e adotar as medidas cabíveis, conforme o resultado;

XVI - disciplinar o acesso às unidades de manejo;

XVII - atuar em estreita cooperação com os órgãos de defesa da concorrência, com vistas em impedir a concentração econômica nos serviços e produtos florestais e na promoção da concorrência;

XVIII - incentivar a competitividade e zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor florestal;

XIX - efetuar o controle prévio e a posteriori de atos e negócios jurídicos a serem celebrados entre concessionários, impondo-lhes restrições à mútua constituição de direitos e obrigações, especialmente comerciais, incluindo a abstenção do próprio ato ou contrato ilegal;

XX - conhecer e julgar recursos em procedimentos administrativos;

XXI - promover ações para a disciplina dos mercados de produtos florestais e seus derivados, em especial para controlar a competição de produtos florestais de origem não sustentável;

XXII - reconhecer em ato administrativo as entidades que poderão realizar auditorias florestais;

XXIII - estimular a agregação de valor ao produto florestal na região em que for explorado. ”

A Lei nº 11.284/2006 foi regulamentada pelo Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007. Esse decreto dispõe sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e regulamenta, em âmbito federal, a destinação de florestas públicas às comunidades locais, o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), o licenciamento ambiental para o uso dos recursos florestais nos lotes ou unidades de manejo, a licitação e os contratos de concessão florestal, o monitoramento e as auditorias da gestão de florestas públicas.

Adicionalmente, em virtude do processo de reestruturação promovido pelo MMA, resultante do Decreto nº 6.101, de 26/4/2007, também foi atribuído ao Serviço Florestal Brasileiro o desenvolvimento de iniciativas de capacitação, pesquisa e assistência técnica na área florestal, com a incorporação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) e do Laboratório de Produtos Florestais (LPF).

O Serviço Florestal Brasileiro, como gestor das florestas públicas, tem como base de seu trabalho o manejo florestal sustentável. Esse instrumento permite o uso da floresta de acordo com seu ciclo de crescimento e a extração adequada de produtos madeireiros e não madeireiros, tais como resinas, sementes, óleos. Além disso, o manejo adequado permite também envolvimento das populações locais e a geração de renda e desenvolvimento à região, o que permite que gerações futuras possam usufruir dos recursos florestais e de todos os outros decorrentes da apropriada preservação das florestas.

2.1.2 Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos do Serviço Florestal Brasileiro foram estruturados em sete áreas de resultados ou macroprocessos. A seguir estão apresentados os macroprocessos do órgão e suas metas, de acordo com o Planejamento Estratégico 2008-2010.

1- Cadastro das Florestas Públicas:

- § todas as florestas públicas federais destinadas incluídas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP);
- § três milhões de hectares de florestas públicas federais delimitados (exceto Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral);
- § dois milhões de hectares de unidades de manejo florestal sob concessão demarcados;
- § todos os estados integrados ao Cadastro Nacional de Florestas Públicas;
- § todas as florestas públicas estaduais destinadas da Amazônia inseridas no CNFP;
- § sistema de cadastro implementado e integrado com principais órgãos gestores de florestas públicas federais: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Fundação Nacional do Índio – Funai e Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

2- Concessões Florestais:

- § dois milhões de hectares de florestas públicas federais sob concessão;
- § concessões florestais implementadas: (i) em florestas naturais e plantações florestais; (ii) para produtos florestais não madeireiros e serviços; (iii) em pequena, média e grande escala; (iv) em diferentes biomas; (v) para recuperação de áreas degradadas;
- § concessões florestais estaduais implementadas em três estados da Federação.

3- Manejo Florestal Comunitário:

- § Dois milhões de hectares com Planos de Manejo Florestal Sustentável (comunitário e familiar) implementados;

- § planos de manejo florestal sustentável em Projetos de Assentamento Rural, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável implementados;
- § experiências demonstrativas de integração de comunidades locais implementadas em pelo menos duas cadeias de produção e comercialização de produtos florestais;
- § cinco casos de relações comerciais justas entre comunidades e empresas apoiados e estabelecidos.

4- Monitoramento de Florestas Públicas:

- § concessões florestais monitoradas por meio de: sensoriamento remoto, rastreamento do transporte de produtos florestais e controle de cadeia de custódia;
- § auditorias independentes regulamentadas e implementadas;
- § monitoramento de florestas públicas federais sob concessão e manejo florestal comunitário pactuado e integrado com órgãos de controle e fiscalização;
- § monitoramento e avaliação dos impactos sociais, ambientais e econômicos das concessões e do manejo florestal comunitário implementados.

5- Sistema Nacional de Informações Florestais:

- § inventário florestal nacional implementado em dois biomas brasileiros;
- § portal da gestão florestal consolidado em cooperação com órgãos do Sistema Nacional o Meio Ambiente (Sisnama);
- § estatísticas de quatro cadeias produtivas do setor de base florestal disponibilizadas *on-line*;
- § índice de preços de produtos florestais madeireiros para a Amazônia desenvolvido;
- § conta-satélite do setor florestal (PIB Florestal) elaborada em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6- Fomento:

- § Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), operacional e com carteira de projetos implementada;
- § R\$ 60 milhões captados para investimento no desenvolvimento florestal;

- § programa de fomento estabelecido para: capacitação e treinamento; pesquisa e desenvolvimento tecnológico; bolsas de estudo; desenvolvimento de cadeias produtivas;
- § sistema de divulgação de instrumentos de fomento e de novas oportunidades para o setor florestal estabelecido;
- § pesquisa científica e tecnológica para apoio à produção florestal realizada.

7- Desenvolvimento Institucional:

- § modelo institucional de órgão da administração indireta definido e implementado;
- § cinco Unidades Regionais estabelecidas;
- § modelo de gestão pública reconhecido como de excelência por avaliação independente;
- § estrutura organizacional e processos de gestão implementados, com provimento adequado de pessoas;
- § de 60% a 80% do esforço da instituição mantido em atividades planejadas;
- § plano de comunicação implementado.

A seguir, apresenta-se o organograma do Serviço Florestal Brasileiro. Como pode-se perceber, o órgão é formado por uma diretoria colegiada, assessoria jurídica, chefia de gabinete, ouvidoria, nove gerências, dois centros especializados e quatro Unidades Regionais.

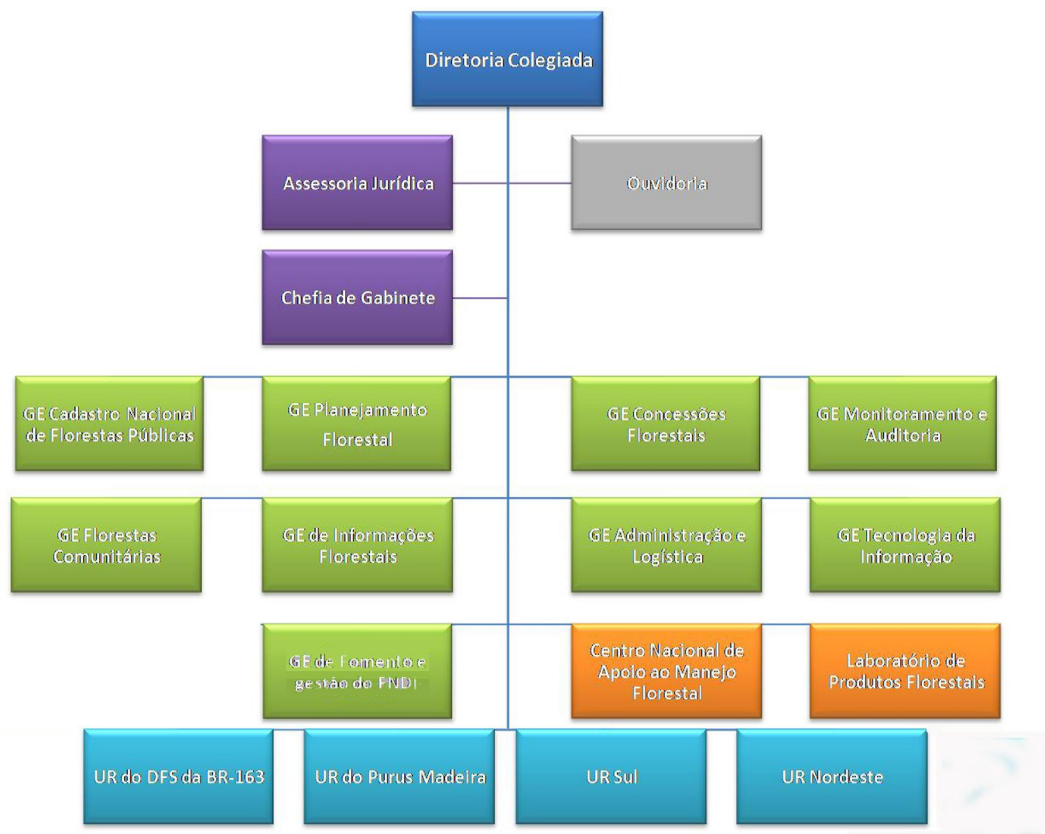


Figura 1. Organograma do Serviço Florestal Brasileiro

2.2. Estratégia de atuação da unidade diante das suas responsabilidades

A Missão do Serviço Florestal Brasileiro é “conciliar o uso e conservação das florestas, valorizando-as em benefício das gerações presentes e futuras, por meio da gestão de florestas públicas, da construção de conhecimento, do desenvolvimento de capacidades e da oferta de serviços especializados”, sintetizando os objetivos perseguidos na implantação de políticas públicas ambientais, orientadas para o desenvolvimento florestal, e desenvolvendo as ações de governo previstas no Programa Nacional de Florestas.

A gestão de florestas públicas para a produção sustentável tem por finalidade a proteção e conservação das florestas pertencentes à União, estados e aos municípios, com a geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Os modelos de gestão das florestas públicas no Brasil compreendem a criação de florestas nacionais, estaduais e municipais e sua gestão direta, a destinação de florestas públicas às comunidades locais e à concessão florestal.

A seguir, apresentam-se os principais resultados e produtos obtidos para a implantação da gestão das florestas.

Publicação do Plano Anual de Outorga Florestal 2010

A Lei nº 11.284/2006 e o Decreto nº 6.063/2007 estabeleceram mecanismos específicos para a gestão das florestas públicas e instituíram o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), como instrumento de planejamento das ações da União voltadas à produção florestal sustentável. O Plano Anual de Outorga Florestal identifica as florestas públicas passíveis de concessão e descreve o processo de outorga do direito de praticar manejo florestal sustentável e de explorar produtos e serviços nessas florestas. O processo de seleção de florestas públicas aptas para concessão é regido por critérios definidos na Lei e no Decreto citados.

A partir das florestas públicas registradas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas, as florestas disponíveis para concessão são obtidas como resultado da aplicação de duas baterias de filtros. A primeira bateria exclui as áreas não aptas para o processo de concessão florestal (por exemplo, unidades de conservação de proteção integral e terras indígenas), e inclui as restantes no grupo das florestas legalmente aptas. Em seguida, as florestas legalmente aptas passam por uma nova bateria de filtros que seleciona as florestas passíveis de concessão, ou seja, aquelas que apresentam requisitos técnicos e legais para serem submetidas ao processo licitatório durante o período de vigência do PAOF e que não foram destinadas para uso especial ou comunitário.

Além disso, o PAOF apresenta também as ações e recursos necessários para a gestão das florestas públicas, especialmente aqueles voltados para seu monitoramento e fiscalização.

O Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF 2010 foi elaborado e proposto pelo Serviço Florestal Brasileiro e definido e aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, em Portaria publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2009. A elaboração do PAOF obedeceu aos dispositivos legais e formais de consulta a órgãos e entidades de Governo, mas também levou em consideração a participação direta da sociedade na construção do documento, promovendo reuniões técnicas e submetendo a minuta do documento a consulta pública na internet.

O PAOF 2010 baseou-se no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), que, em junho de 2009, registrava aproximadamente 211 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas – cerca de 197 milhões de florestas públicas federais e 14 milhões de florestas públicas estaduais.

O processo de elaboração do PAOF considerou iniciativas de grande valor estratégico como: o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); o Plano Amazônia Sustentável (PAS); o Programa Nacional de Florestas (PNF); o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM); o Plano Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC); os Distritos Florestais Sustentáveis (DFS); e a Operação Arco Verde. Além disso, o PAOF 2010 considerou as proposições apresentadas, ainda em caráter preliminar, pelos estados do Acre, Amapá e Pará nas minutas de PAOF desses estados, bem como, as informações disponíveis no Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, no Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Acre, no ZEE da região sul do Amapá, no ZEE de Rondônia e no Macrozoneamento Ecológico-Econômico do estado do Pará.

Esse Plano foi, ainda, submetido às manifestações formais do Conselho de Defesa Nacional (CDN), da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em cumprimento aos dispositivos da Lei nº 11.284/2006.

O Plano Anual de Outorga Florestal estabeleceu os critérios de acessibilidade ao processo de concessão por pessoas jurídicas de micro, pequeno e médio portes, no ano de 2010, como forma de promover a equidade na política de gestão de florestas públicas no Brasil.

Desenvolvimento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) é um instrumento de planejamento da gestão florestal, instituído pela Lei nº 11.284/2006, regulamentado pelo Decreto nº 6.063/2007, e tem seus procedimentos fixados pela Resolução nº 02, de julho de 2007, do Serviço Florestal Brasileiro.

O CNFP é formado pelo Cadastro de Florestas Públicas da União, pelos Cadastros de Florestas Públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios e será interligado ao Sistema

Nacional de Cadastro Rural. Seu objetivo é reunir dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e informações relevantes para a gestão florestal, condicionando os processos de destinação comunitária, a criação de unidades de conservação, a realização futura das concessões florestais e contribuindo para a transparência das informações florestais e para a participação social nos processos de gestão.

O Cadastro Geral de Florestas Públicas da União (CGFPU) identifica as florestas públicas federais (FPF), que correspondem às áreas cobertas por florestas naturais ou plantadas incidentes sobre terras de domínio da União e suas entidades da administração indireta. O CGFPU inclui: áreas inseridas no Cadastro de Terras Indígenas; Unidades de conservação federais, com exceção das áreas privadas localizadas em categorias de unidade que não exijam a desapropriação; florestas localizadas em imóveis urbanos ou rurais, matriculados ou em processo de arrecadação em nome da União, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O cadastramento das florestas públicas segue três etapas:

- i. identificação – definição das florestas localizadas nas áreas públicas federais com presença de cobertura florestal;
- ii. delimitação – averbação do perímetro da floresta na matrícula do imóvel público; e
- iii. demarcação – implantação de marcos topográficos e colocação de placas informativas no campo.

Em 2009, foi realizada a segunda atualização das informações do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, que incluiu as informações disponibilizadas pelos estados da Federação e as informações sobre as florestas públicas federais fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, no âmbito do Programa Terra Legal.

O Serviço Florestal Brasileiro desenvolveu um sistema informatizado, em que as informações podem ser acessadas por meio da rede mundial de computadores – internet – pelos gestores dos cadastros estaduais de Florestas Públicas. Dentre as funcionalidades do sistema criado, destacam-se a inclusão de informações georreferenciadas (possíveis de serem visualizadas em mapas), a emissão de relatórios, a realização de buscas e o descarregamento (*download*) das informações.

Em 2009, foi firmado Acordo de Cooperação com o Ibama que trata de um amplo espectro de oportunidades no âmbito das áreas de comando e controle, bem como da troca de informações entre os partícipes. O principal ganho para a ação foi a utilização da infraestrutura e instalações do Centro de Monitoramento Ambiental (Ceman) do Ibama no desenvolvimento de sistemas e processamento de dados, que resultou na plataforma eletrônica do Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Além disso, outros sistemas do Serviço Florestal Brasileiro estão sendo desenvolvidos e hospedados em colaboração com o Ceman.

Vale destacar que o Cadastro Nacional de Florestas Públicas foi beneficiado com a abertura de concurso público para provimento de cargo temporário na área de direito fundiário, que possibilitou a estruturação da Gerência responsável pelo Cadastro no que tange ao levantamento fundiário.

Comparativamente ao ano de 2008, houve acréscimo de 28 milhões de hectares de florestas públicas inseridas no CNFP. A área de florestas destinadas cadastradas aumentou em 10%, e a área de florestas não destinadas cadastradas aumentou em 38,8%. Isso significa que parte das florestas públicas brasileiras ainda está no estágio de identificação e que novas glebas federais foram identificadas com o advento do Programa Terra Legal. As florestas públicas do Brasil inseridas no CNFP até dezembro 2009 compreendiam uma área de 239 milhões de hectares, o que representa cerca de 28% do território nacional, 212 milhões de hectares de florestas federais (89%) e aproximadamente 27 milhões de hectares de florestas estaduais (11%).

Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais

O desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif), criado pela Lei nº 11.284/2006 e que se encontra vinculado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima), vem acontecendo de forma paulatina à medida que as informações sobre os recursos florestais do Brasil estão sendo organizadas e os bancos de dados modelados para compor o Snif.

O Serviço Florestal Brasileiro, responsável pela criação, implementação e manutenção do Snif, possui diversas atribuições que contribuem para a pesquisa e compilação de informações que comporão o Sistema.

São quatro frentes de trabalho que estão sendo desenvolvidas para a implementação do SNIF. A primeira delas trata da implantação do Portal Nacional da Gestão Florestal, que busca atender às diretrizes da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 379/2006 para a difusão de informações que promovam a transparência e publicidade da gestão florestal no país por parte dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). A segunda busca reunir e promover a difusão de informações sobre o ensino e pesquisa florestal no país, com intuito de identificar lacunas e oportunidades nesse setor. A terceira busca identificar e difundir informações sobre o setor florestal produtivo no que diz respeito aos insumos de matéria-prima (florestas naturais e plantadas), produtos gerados pelo setor e comércio interno e externo. Já a quarta frente de trabalho busca informações sobre os recursos florestais do Brasil, relativas à área de cobertura florestal natural de cada bioma brasileiro, o volume de madeira, biomassa e carbono armazenado nas florestas. Essa frente de trabalho busca informações secundárias enquanto o Inventário Florestal Nacional (IFN) está sendo desenvolvido e implantado. Após essa etapa, as informações do IFN irão compor o Snif.

Inventário

O objetivo do Inventário Florestal Nacional (IFN) é gerar informações sobre os recursos florestais que subsidiem a formulação de políticas públicas de uso e conservação das florestas brasileiras. O IFN produzirá informações sobre os estoques, a composição de espécies, a saúde e a vitalidade das florestas, assim como as mudanças ao longo do tempo, a partir de comparações das estimativas feitas a cada cinco anos.

Essas estimativas servirão para subsidiar a formulação de políticas nacionais, regionais e até locais baseadas em dados e informações acuradas e atuais, de grande utilidade para o setor público e privado, assim como manterão a sociedade e classe política informadas sobre a existência, extensão e qualidade dos recursos florestais do país. Além dessas aplicações, o IFN será uma importante referência para atender à crescente demanda de informações florestais do país por organizações e acordos internacionais, tais como a Convenção do Clima, da Biodiversidade e das Espécies Ameaçadas (Cites).

Os resultados do IFN constituirão importante parte do Sistema Nacional de Informações Florestais, provendo dados, informações e conhecimentos sobre os recursos florestais do país. A metodologia nacional, baseada nas características dos biomas brasileiros

e em um desenho estatístico apropriado, foi desenvolvida a partir de várias consultas e reuniões nacionais, e, em seguida, testada em todos os biomas brasileiros.

Monitoramento de Florestas Públicas

A ação de maior prioridade em relação ao monitoramento florestal em 2009 foi a finalização dos contratos de transição¹ firmados com o Serviço Florestal Brasileiro. Os contratos já expirados foram objeto de avaliações de campo, como parte dos procedimentos para suas respectivas finalizações administrativas.

Foram monitorados e finalizados nove contratos, todos localizados em municípios do Pará. Em 2009, esses contratos tiveram uma arrecadação total de R\$ 1.124.775,90 (um milhão, cento e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa centavos), que corresponde ao valor pago pelo uso dos produtos extraídos da floresta.

Além do monitoramento dos contratos de transição, o Serviço Florestal renovou a parceria com o Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), para divulgação da metodologia do Sistema de Detecção de Exploração Florestal (Detex), novo sistema de monitoramento por satélite, para instituições parceiras dos estados da Amazônia. Esse investimento do Serviço Florestal Brasileiro ampliará a capacidade de análise, divulgação e atuação sobre ilícitos na Amazônia, com o objetivo de propiciar o estabelecimento de um ambiente de legalidade em relação ao setor madeireiro, de maneira que a alternativa de gestão sustentável, por meio de concessões, seja mais vantajosa.

Outra frente de trabalho ocorreu com base nos preceitos do artigo 53 do Decreto nº 6.063/2007, que regulamenta a Lei nº 11.284/2006, que declaram que *“O Serviço Florestal Brasileiro articulará com outros órgãos e entidades responsáveis pelo planejamento, gestão e execução dos sistemas de monitoramento, controle e fiscalização, visando à implementação do disposto no art. 50[da Lei 11.284/2006], quanto à gestão das florestas públicas federais”*. Nesse sentido, o SFB articulou mecanismos de atuação conjunta entre a Advocacia Geral da União e o Ministério Público Federal na defesa conjunta, isto é, como polos ativos parceiros em ações judiciais em defesa dos interesses públicos e da União na gestão das florestas públicas federais.

¹ Mecanismo de transição para adequar os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) aprovados antes da Lei 11.284/06 e em operação em florestas públicas federais, os quais devem ser vistoriados pelo órgão ambiental e passar por um processo de licitação em até 24 meses após a vistoria de campo. O detentor do PMFS deverá pagar pelo uso dos produtos extraídos da floresta.

Otimização do fluxo processual para a ampliação das áreas de concessão florestal.

Em 2009, o Serviço Florestal Brasileiro buscou a melhoria do fluxo processual das concessões florestais e trabalhou uma abordagem que integrasse as etapas do processo, visando sua otimização, a redução de custos, ganhos de celeridade, fortalecimento da segurança jurídica e a ampliação substancial das florestas públicas aptas para a concessão. Nesse sentido, é importante salientar que a concessão florestal é um processo que envolve uma série de requerimentos técnicos e legais, que podem levar até 2,5 anos, conforme demonstra o fluxograma a seguir.

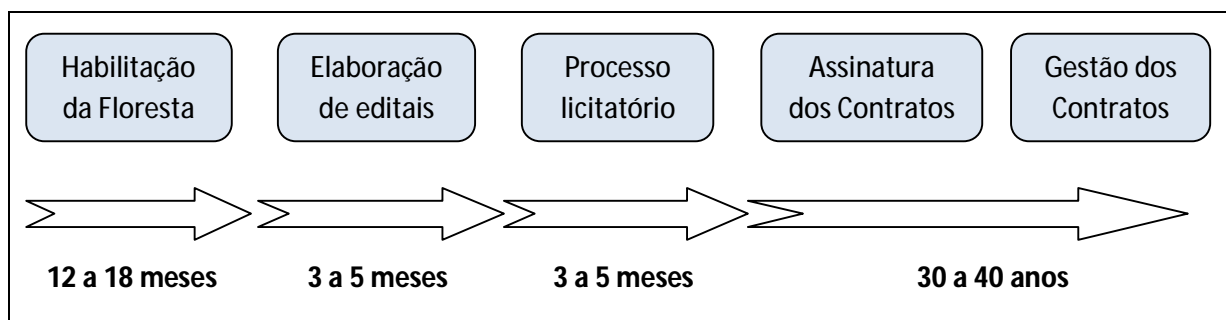


Figura 2. Fluxograma do processo de concessão florestal.

Essa abordagem integrada inicia-se na etapa de habilitação de florestas públicas, para torná-las legalmente e tecnicamente aptas a ser objetos de concessões florestais, sanando o grande passivo em termos de gestão que essas áreas possuíam. Dessa forma, em 2009, em estreita cooperação com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, foram financiados e apoiados diversos planos de manejo em Florestas Nacionais na Região Amazônica, especialmente na região de influência das BRs 163 (PA) e BR 230 (PA e AM). Esse esforço permitiu a abertura de uma frente de florestas públicas aptas para a concessão de florestal de 2.831.194 hectares, divididas em sete Florestas Nacionais. Essas áreas serão alvo de editais de licitação em 2010.

Participação Social na Gestão de Florestas Públicas

O Serviço Florestal Brasileiro participou ativamente na definição e no estabelecimento do Decreto nº 6.874/2009, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 5 de junho de 2009, dia mundial do Meio Ambiente. Esse Decreto criou o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF), o que representou um marco para as comunidades que manejam floresta. O PMCF, coordenado conjuntamente pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, foi criado com o objetivo de promover ações de fomento ao manejo florestal para agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. O Decreto prevê a realização de um Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. O primeiro plano de 2010, foi lançado conjuntamente pelos ministros Carlos Minc e Guilherme Cassel em dezembro de 2009 e foi construído de maneira articulada com a sociedade civil e diferentes ministérios. Foram definidas ações de assistência técnica, capacitação, fortalecimento institucional, regularização ambiental, entre outras, beneficiando um público de mais de 18 mil famílias, com aplicação de um volume total de recursos de 17 milhões de reais.

As ações de Manejo Florestal Comunitário estão sendo desenvolvidas, principalmente, na Amazônia, com prioridade para os assentamentos e para as áreas previstas no PAOF e seus arredores. Busca, com isso, uma sinergia entre as atividades do setor empresarial e o setor comunitário, contribuindo para a criação de uma economia de base florestal sustentável nessas regiões.

As ações de 2009 estiveram voltadas para realização de diagnósticos e da constituição no âmbito de governo, de um quadro institucional de convergência de ações. O Serviço Florestal tem coordenado um processo em que instituições como o Incra, ICMBio, Ibama e Funai estão discutindo áreas prioritárias e ações conjuntas para apoio ao Manejo Florestal Comunitário.

Os assentamentos estão entre as modalidades de florestas públicas mais ameaçadas de deixar de ser florestas. Esse cenário faz com que o desenvolvimento de Manejo Florestal Comunitário em assentamentos continue sendo uma das prioridades da política de gestão de florestas públicas.

2.3. Programas e Ações sob responsabilidade da unidade

2.3.1. Programa Nacional de Florestas

As ações desenvolvidas pelo órgão se inserem no Programa 0506 – Nacional de Florestas, que tem por objetivo de Governo “Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional”.

O Objetivo Setorial do Programa orienta-se a “Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social”.

Importante ressaltar que o Serviço Florestal Brasileiro desenvolve algumas ações do Programa Nacional de Florestas, cuja coordenação principal fica a cargo da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Quadro I – Dados gerais do programa

0506-Programa Nacional de Florestas	
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social.
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	João de Deus Medeiros
Indicadores ou parâmetros utilizados	1. Área de florestas com alto valor para conservação protegida; 2. Área de Florestas naturais em regime de manejo sustentável; 3. Área de Florestas Plantadas; e 4. Áreas degradadas recuperadas.
Público-alvo (beneficiários)	Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal

2.3.2. Principais Ações do Programa

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por intermédio da Unidade Gestora 440075 – Serviço Florestal Brasileiro operou em 2009 as seguintes ações.

2.3.2.1. Ação 2D25 - Funcionamento do Serviço Florestal

Quadro II – Dados gerais da ação

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação		Atividade
Finalidade		Gerir os recursos de dotação orçamentária para o funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro e unidades de administração dos Distritos Florestais Sustentáveis no tocante à sua estrutura e mobilidade administrativa.
Descrição		Aplicação de recursos de forma direta ou descentralizada visando maximizar a aplicação e racionalizar o uso do recursos orçamentários em prol do funcionamento eficaz do Serviço Florestal Brasileiro na administração e promoção da gestão de florestas públicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas		Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação		Antônio Carlos Hummel
Gerente-Executivo		Ayrton Maurício Azeredo Silva
Unidades executoras		Gerência Executiva de Administração e Logística (Geal)

a) Principais Resultados:

A ação Funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro tem como objetivo gerir os recursos de dotação orçamentária para o funcionamento da sede do Serviço Florestal Brasileiro e das Unidades Regionais. Nessa ação, não há meta física. Trata-se de ação administrativa que substitui a ação padrão Gestão e Administração do Programa, utilizada por outra unidade no mesmo programa. Os recursos foram suficientes para execução da ação.

Em função do Contrato de Gestão e Desempenho firmado com o Ministério do Meio Ambiente, que confere maior autonomia ao órgão, foram realizadas contratações que permitiram ao órgão maior fluidez na execução de seus serviços, contribuíram para o fortalecimento da instituição e conferiram maior experiência à sua equipe administrativa, já se vislumbrando a transformação do Serviço Florestal Brasileiro em uma autarquia.

As viagens realizadas na ação foram realizadas por servidores e convidados do Serviço Florestal, em cursos de capacitação e em viagens de trabalhos diversos não enquadrados em nenhuma das ações finalísticas do Órgão.

b) Principais Problemas:

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias:

Em 2009, o Serviço Florestal contou com contratações importantes para realizar suas atividades de modo mais eficiente, procurando sempre agregar transparência aos seus atos. Nesse diapasão, a grande maioria das compras e contratações de serviços foi realizada por meio da ferramenta do pregão eletrônico, que confere maior rapidez e eficácia no uso dos recursos públicos.

Dentre os contratos firmados, seguem alguns que merecem destaque: contratação de apoio administrativo; serviços de impressão; serviço de copeiragem; serviço de limpeza; transporte de pessoal e motoboy; transporte interestadual de carga; serviços gráficos; empresa especializada para prestação de serviços de cotação de preços, reservas e emissão de bilhetes de passagens; aquisição de *notebooks*, aquisição de mobiliário em geral; e, por fim, contratações, para o exercício de 2010, de serviços de manutenção predial, locação de veículos terrestre, aquaviário e aéreo, telefonia móvel e fixa, internet, correio, terceirização de apoio administrativo da UR da BR-163 e aluguel de imóvel para o Distrito BR-163.

Além disso, todos os materiais para o uso interno do Serviço Florestal, em 2009, foram adquiridos por meio da ação 2D25 – Funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro, como, por exemplo, bebedouros, mobiliário, aparelhos de fax, aparelhos telefônicos, *scanners* e *notebooks*. Os materiais de expediente de uso diário aplicados nas áreas do Serviço Florestal, inclusive nas Unidades Regionais, para execução de suas atividades, também foram adquiridos por meio dessa ação, tais como papel para impressão, pastas, *tomers* para impressoras e diversos outros itens de expediente.

d) Transferências:

Em 2009, não houve transferências de recursos nesta ação.

2.3.2.2. Ação 10F1 - Demarcação das Florestas Públicas da União no Distrito Florestal da BR 163

Quadro III – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	Demarcar as florestas públicas da União localizadas no Distrito Florestal Sustentável da BR163, permitindo a operacionalização das Concessões Florestais.
Descrição	Identificação e delimitação de terras públicas da União com vocação para o manejo florestal sustentável como Florestas Públicas e realização de sua demarcação em campo, por intermédio de marcos geodésicos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel
Gerente-Executivo	Gustavo Chaves Machado
Unidades executoras	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas (GECFP)

a) Principais Resultados:

O principal avanço conquistado na ação de demarcação foi a manualização dos procedimentos necessários para a contratação de empresas do setor. Esses trabalhos conduziram o edital de licitação para a primeira rodada de concessões florestais e estabeleceram os parâmetros para as próximas concessões.

Além disso, foi concluída a demarcação de aproximadamente 100 mil hectares de unidades de manejo florestal na Floresta Nacional do Jamari e está em andamento o processo para a demarcação de mais de 250 mil hectares na região do Distrito Florestal sustentável da BR-163.

b) Principais Problemas

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias

Para o alcance dos resultados, foi necessária a contratação de servidores temporários por meio de processo simplificado, o que aumentou a velocidade do andamento das ações internas necessárias para os ritos de licitação e controle dos serviços contratados.

No caso da demarcação, a execução direta dos serviços é feita pela licitação de empresas especializadas em topografia e geodésia, por meio de pregão eletrônico, e cabe ao Serviço Florestal Brasileiro a fiscalização da obra.

d) Transferências

Não houve descentralização de recursos.

2.3.2.3. Ação 10TC - Elaboração do Inventário Florestal Nacional

Quadro IV – Dados gerais da ação

Tipo		Ação Orçamentária	
Tipo de Ação		Projeto	
Finalidade		Elaborar o Inventário Florestal Nacional.	
Descrição		Realização do mapeamento da cobertura florestal do país e amostragem para a qualificação das florestas, visando à produção de relatório quinquenal e disponibilização de acesso às informações sobre as florestas do Brasil pela sociedade por meio da rede mundial de computadores (internet). A Ação permitirá a produção sistemática de indicadores sobre florestas, que facilitará a sua gestão e a demonstração da participação das florestas na economia do país, assim como subsidiará a elaboração de relatórios sobre o patrimônio florestal para atender a acordos e convenções internacionais sobre florestas dos quais o Brasil é signatário, tais como a Avaliação Global dos Recursos Florestais, a Convenção de Mudanças Climáticas, a Convenção sobre Espécies Ameaçadas (Cites) e Convenção da Diversidade Biológica.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas		Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação		Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo		Joberto Veloso de Freitas	
Unidades executoras		Gerência Executiva de Informações Florestais (Geinf)	

a) Principais Resultados:

O desenvolvimento de metodologia nacional para o Inventário Florestal Nacional foi concluído e avaliado por meio de reuniões com especialistas nacionais e internacionais. Foram realizados testes em todos os biomas brasileiros. A coleta de dados iniciou em Santa Catarina, por iniciativa do próprio estado, mas utilizando a metodologia nacional e o apoio do Serviço Florestal. Foi elaborado um manual de operações a fim de facilitar a execução orçamentária, uma vez que, na implementação do IFN, várias circunstâncias poderão surgir como mais adequadas (convênio com estados, contratação por licitação, destaque orçamentário, etc). Foram elaborados os manuais de campo para a coleta de variáveis biofísicas, socioambientais e a formulação da metodologia de interpretação de imagens de alta resolução para análise de paisagens.

A organização das informações de mapeamento da vegetação brasileira, dos anos de 2002 e 2008 (MMA), possibilitou que o Serviço Florestal Brasileiro, por meio de Gerência de Informações Florestais, determinasse as estimativas sobre os recursos florestais do Brasil e elaborasse o relatório global sobre os recursos florestais conduzido pelas Nações Unidas

(FAO), inclusive de variáveis relevantes à convenção das mudanças climáticas (biomassa e carbono contido nas florestas do país).

b) Principais Problemas

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias:

Houve contratação de pessoal, por meio de concurso para servidores temporários, em maio de 2009, o que propiciou aumento da capacidade de trabalho da equipe envolvida nesta ação.

Em relação às parcerias, iniciaram-se, em 2009, os processos de celebração de Acordo de Cooperação Técnica com as secretarias do meio ambiente dos estados do Rio de Janeiro, Sergipe e Rio Grande do Sul e de Acordo de Parceria com IBGE e Embrapa/Florestas.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos para a execução de trabalhos no âmbito desta ação.

2.3.2.4. Ação 10TD - Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais

Quadro V – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	Implementar e consolidar o Sistema Nacional de Informações Florestais.
Descrição	Apoio ao planejamento florestal regional e dos Distritos Florestais Sustentáveis, utilizando o portal de acesso a informações sobre o uso sustentável das florestas do Brasil.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel
Gerente-Executivo	Joberto Veloso de Freitas
Unidades executoras	Gerência Executiva de Informações Florestais (Geinf)

a) Principais Resultados:

A execução física da ação foi bastante satisfatória, apesar de a execução financeira ter sido inferior à prevista, em razão da ampliação da força de trabalho por meio da contratação de funcionários temporários. Assim, a previsão de gastos contemplou a contratação de consultoria para realização de trabalhos, mas esses foram realizados por pessoal interno.

O ano de 2009 foi dedicado à pesquisa de informações sobre os recursos florestais do Brasil, ao desenvolvimento de metodologias de análise e à compilação dessas informações em publicações para divulgação. Essas pesquisas e levantamentos permitiram o mapeamento das principais fontes de informações que irão alimentar o Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif), a identificação de metodologias de coleta e análise dessas informações e a organização de uma base inicial de dados. Esse trabalho subsidiou a modelagem de alguns bancos de dados que irão compor o Snif. Quatro produtos principais foram gerados a partir das pesquisas realizadas:

- Relatório de Avaliação dos Recursos Florestais do Brasil 2010, para compor o *Global Forest Resources Assessment 2010*, elaborado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (Fao);
- Questionário do Setor Florestal (*Forest Sector Questionnaire 2009*), encaminhado à Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT). Esse questionário é elaborado anualmente e apresenta informações sobre a remoção de madeira em tora de florestas naturais e plantadas destinada à indústria e à confecção de combustíveis; a produção do setor florestal (carvão vegetal, cavacos e partículas,

resíduos de madeira, madeira serrada, painéis de madeira, laminados, compensados, painel de partículas, OSB, painel de fibras, MDF, polpa de madeira – celulose e papéis); e o comércio (importação e exportação) de madeira por tipo de produto;

- livro de bolso “Florestas do Brasil em resumo – 2009”, com a compilação das seguintes informações: principais estatísticas nacionais sobre as florestas; território brasileiro; as florestas brasileiras; aspectos socioeconômicos do setor florestal, ensino e pesquisa florestal; os biomas brasileiros e suas florestas; comparações internacionais;
- Glossário de Termos Florestais utilizados no Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), versão 1.0 – O documento reúne conceitos e atributos sobre os principais termos utilizados pelos órgãos gestores de florestas no Brasil, para que haja uma uniformidade de linguagem nas informações que serão disponibilizadas no Portal Nacional da Gestão Florestal, que está sendo construído. O documento será analisado pelos representantes dos órgãos estaduais e uma nova versão será produzida com as contribuições recebidas.

Houve ainda avanço no desenho da estratégia de implantação do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF) no aspecto de integração das informações dos sistemas estaduais. Foram realizadas diversas reuniões com o Ibama e foi acordado que a integração dos temas relativos ao transporte e armazenamento dos produtos florestais se dará por meio do Sistema de Documento de Origem Florestal (DOF), que já possui informações de todas as autorizações dadas pelos órgãos estaduais. As informações sobre autorizações de planos de manejo florestal, supressão de vegetação e reposição florestal ocorrerá por meio do Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais (LAF), que está sendo desenvolvido pelo Ibama e integrará informações de todos os estados. O tema fiscalização florestal será acessado por meio do Sistema de Cadastro, Fiscalização e Arrecadação (Sicafi) para as ações do Ibama. Para os demais temas, o Serviço Florestal irá desenvolver, juntamente com o Portal, bancos de dados que serão acessados diretamente pelos estados para preenchimento periódico das informações sobre: instituições de gestão florestal; conselhos de participação social na gestão florestal; legislação florestal; planos e programas estaduais de florestas; fiscalização estadual e gestão de florestas públicas para produção sustentável.

Foi desenhado o novo protótipo do PNGF e realizado um Plano de Ação integrado para o Serviço Florestal Brasileiro, Ibama e os órgãos estaduais de gestão florestal do Nordeste, para iniciar a construção da versão 1.0 do Portal em 2010.

b) Principais problemas:

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e parcerias:

As principais contratações que ocorreram no âmbito da ação foram de pessoal por tempo determinado. Essas contratações permitiram a execução das principais atividades ao longo do ano. Os estudos e pesquisas foram realizados por essas pessoas contratadas em conjunto com a equipe permanente, que é bastante reduzida.

Com relação às parcerias, foram realizadas, por meio informal, com pesquisadores da Universidade de Brasília, Universidade Federal do Paraná, Instituto de Pesquisas da Amazônia e Associação Plantas do Nordeste, que foram colaboradores no desenvolvimento de metodologias e cálculos sobre a biomassa e o carbono das florestas nos diferentes Biomas brasileiros. Outras instituições e associações do setor florestal também têm fornecido informações sistematicamente para os nossos trabalhos.

d) Transferências:

Não houve transferências de recursos no âmbito da ação.

2.3.2.5. Ação 20A7 - Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais

Quadro VI- Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover o desenvolvimento e transferência tecnológica para a ampliação da oferta e agregação de valor aos produtos madeireiros, não madeireiros e de serviços ambientais da silvicultura com espécies nativas e dos sistemas de produção agroflorestal. Buscar o desenvolvimento, em todo o Brasil e, em específico nos distritos florestais sustentáveis, de cadeias produtivas que proporcionem a geração de emprego, renda, inclusão social e benefícios sociais para produtores familiares, pequenos e médios produtores rurais.
Descrição	Promoção do fortalecimento e implantação de centros e unidades orientadas ao desenvolvimento e difusão tecnológica, à realização de pesquisas, ensaios de campo, treinamentos e atividades de difusão tecnológica, envolvendo publicação de materiais didáticos, programas radiofônicos, vídeos, e outras mídias para a ampliação do conhecimento tecnológico silvicultural e a agregação de valores aos produtos e subprodutos da silvicultura com espécies nativas e sistemas agroflorestais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel
Gerente-Executivo	José Natalino Silva
Unidades executoras	Gabinete

a) Principais Resultados:

Não houve execução orçamentária nem execução física nesta ação. A execução estava prevista para ser no município de Marabá, estado do Pará, devido à existência de um viveiro e um laboratório de sementes, ambos sem utilização, cujos equipamentos foram disponibilizados pela Prefeitura de Marabá. No entanto, o Serviço Florestal Brasileiro concluiu pela inviabilidade da aquisição da área, seja pela compra, seja pela desapropriação.

b) Principais Problemas

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias

Não houve contratações e parcerias no âmbito da ação.

d) Transferências

Não houve transferências de recursos no âmbito da ação.

2.3.2.6. Ação 2D12 - Planejamento e Gestão das Concessões Florestais

Quadro VII – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Empreender as iniciativas de gestão das florestas públicas, promovendo o monitoramento das condições ambientais, do uso dos recursos naturais e das atividades antrópicas, bem como licitar e administrar contratos de concessão florestal, buscando garantir a sua proteção ecológica, biológica e cultural, o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento local, a transparência, a segurança jurídica e a continuidade das ações empreendidas, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e o pagamento pelo uso dos recursos.
Descrição	Implementação das ações relativas à gestão das florestas públicas da União, estados e municípios, buscando a efetividade no cumprimento dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis dos contratos de transição de continuidade do manejo e dos contratos de concessão florestal. Efetuar estudos ambientais preliminares para fins de licenciamento ambiental prévio, desenvolver estudos que subsidiem a oferta de florestas públicas para manejo florestal, considerando suas características intrínsecas e a adequação a aspectos tecnológicos e de mercado, como preços de produtos florestais, logística de exploração e de transporte. Definição das normas e parâmetros contratuais e das obrigações das partes, desenvolvendo a fiscalização e acompanhamento dos contratos. Disposição sobre as normas e técnicas de controle da produção, incluindo o uso de tecnologias de rastreamento da produção. Monitoramento da proteção de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção nas áreas de florestas públicas, dos corpos d'água, da proteção das florestas públicas contra incêndios, desmatamentos e explorações ilegais e outras ameaças à sua integridade e à dinâmica de desenvolvimento das florestas públicas. Monitoramento do cumprimento da legislação trabalhista, da existência de conflitos socioambientais, dos impactos sociais, ambientais, econômicos e outros que possam afetar a segurança pública e a defesa nacional, tomando as providências cabíveis para sua regularização. Produção e divulgação do Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, garantindo a transparência, diálogo e o acesso às informações.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel
Gerente-Executivo	Marcelo Arguelles
Unidades executoras	Gerência Executiva de Concessões Florestais - GECEF

a) Principais Resultados:

No ano de 2009, com a conclusão dos estudos técnicos para a elaboração de planos de manejo em diversas Florestas Nacionais na Amazônia, houve considerável avanço no processo de habilitação de florestas públicas para a concessão florestal. O Serviço Florestal Brasileiro realiza esse trabalho em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Foram contratados quatorze estudos para a elaboração de seis planos de manejo em Florestas Nacionais nos estados do Pará e Rondônia. Essas áreas totalizam 3.752.765 hectares de florestas públicas, dentre os quais aproximadamente 2.000.000 de hectares estarão efetivamente aptos a serem objeto de editais de licitação para concessão florestal.

Também foram minutados os editais de licitação das Flonas de Amana e Crepori, que aguardam a assinatura da aprovação de seus planos de manejo, antes da realização das consultas e audiências públicas. Esses dois editais acrescentarão cerca de 750.000 hectares às áreas de concessão, triplicando as áreas que hoje se encontram inseridas no processo.

Durante o período coberto por este relatório, foi lançado edital de licitação para concessão florestal da Flona Saracá-Taquera, totalizando 140.540 ha, subdivididos em três Unidades de Manejo Florestal (UMF).

O Serviço Florestal Brasileiro geriu, em 2009, três contratos de concessão florestal da Flona do Jamari. Os três concessionários tiveram seus Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) homologados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em setembro e dezembro de 2009. Atualmente, os concessionários estão em fase de preparação para o início das operações florestais, previstas para julho de 2010. Assim, não foram efetuados os pagamentos pelos produtos e serviços em 2009.

b) Principais Problemas:

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias:

A principal parceria tem sido com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, com esforços comuns que viabilizem a habilitação das Florestas Nacionais.

d) Transferências:

A ação de planejamento e gestão das concessões não operou convênios no exercício de 2009, preferindo disponibilizar serviços aos parceiros e estados, como a contratação de diversos estudos que irão compor os planos de manejo de Unidades de Conservação nos estados do Pará e Rondônia.

2.3.2.7. Ação 2D13 - Criação e Implementação de Distritos Florestais Sustentáveis

Quadro VIII – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar os processos de criação e implementação dos complexos geo-econômico-social representados pelos Distritos Florestais Sustentáveis.
Descrição	Promoção da integração e da sinergia na atuação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na área de abrangência dos Distritos Florestais Sustentáveis, no sentido de viabilizar a produção florestal, de forma sustentável e integrada com os demais setores da economia, alçando as cadeias de produção de base florestal ao centro da dinâmica econômica regional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel
Gerente-Executivo	Luiz Carlos de Miranda Joels
Unidades executoras	Gabinete

a) Principais Resultados:

Dentro os principais resultados atingidos pode-se destacar a estruturação das Unidades Regionais do Serviço Florestal, que além de melhorar as condições físicas das instalações contou também com o aumento do número de funcionários devido a chegada dos servidores temporários.

Importante citar também o lançamento do primeiro edital de concessão florestal do Estado do Pará, a ser realizado na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, região de influência do DFS da BR 163.

Por fim, o Serviço Florestal participou de diversas reuniões junto aos Conselhos Consultivos das Flonas do Distrito Florestal, além de ter realizado diversas atividades de capacitação junto aos assentamentos localizados na região.

b) Principais Problemas

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias

As principais contratações no âmbito desta ação objetivaram a estruturação e implementação do Distrito Florestal da BR 163, por meio da Unidade Regional do Serviço Florestal na região, além de estruturação das Unidades Regionais do órgão em potenciais áreas de implementação de Distritos Florestais.

Dessa forma, foram contratadas empresas especializadas, principalmente na prestação de serviços e manutenção como: empresa para prestação de serviços de provedor de internet; empresa especializada em manutenção de veículos; empresa organizadora de eventos.

d) Transferências

Não houve transferências de recursos no âmbito da ação.

2.3.2.8. Ação 4641- Publicidade e Utilidade Pública

Quadro IX – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel
Gerente-Executivo	Luis Gonçalves da Motta
Unidades executoras	Gabinete

a) Principais Resultados:

Elaboração de programas de rádio para divulgação de ações de uso florestal sustentável na área de abrangência da BR-163.

b) Principais Problemas

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias

Foi contratada pessoa física para planejamento e elaboração dos programas de rádio em parceria com a Embrapa, para produção do programa “Minuto do Serviço Florestal Brasileiro”.

d) Transferências

Não houve transferências no âmbito desta ação.

2.3.2.9. Ação 4950 - Capacitação em Atividades Florestais

Quadro X – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação de recursos humanos para a adoção das técnicas adequadas à realização de atividades florestais, contribuindo no uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros.
Descrição	Promoção da adoção do Manejo Florestal como uma atividade econômica que compatibiliza a conservação e o uso sustentável dos recursos florestais à geração de renda e de benefícios socioeconômicos para a sociedade depende, em grande medida, da geração e difusão de conhecimentos referentes às práticas a serem adotadas em campo. Considerando que a qualificação de técnicos e trabalhadores quanto às melhores práticas de manejo florestal, madeireiro e não madeireiro é essencial para viabilizar a sua, a ação promove e articula, no âmbito federal, e em parcerias em outras entidades públicas e privadas, atividades de geração de conhecimentos, difusão e capacitação de técnicas adequadas para as atividades florestais. Estas parcerias priorizam as entidades de ensino e pesquisa, as entidades que realizam capacitação e qualificação profissionalizante de ensino formal e não formal, bem como as orientadas à difusão nos meios de comunicação da incorporação do componente florestal às atividades rurais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel
Gerente Executivo	Cristina Galvão Alves
Unidades executoras	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor)

a) Principais Resultados:

No ano de 2009, o Cenaflor realizou e apoiou 31 eventos de capacitação e difusão de temas relacionados ao Manejo Florestal e a gestão de florestas públicas, que atingiram 653 pessoas.

O público beneficiário dessas capacitações foram: lideranças locais (comunitárias, empresariais e políticas), gestores e funcionários públicos que atuam com o tema de Manejo Florestal, no âmbito federal, estadual e municipal (tais como funcionários do Incra, Emater Ibama e polícia ambiental militar), produtores rurais e comunidades tradicionais, profissionais, professores e estudantes do ensino profissionalizante na área florestal (engenheiros e técnicos florestais), comunicadores da áreas de imprensa nacional e internacional.

Além disso, como instrumentos de ações de capacitação e difusão de conhecimentos, foram produzidos doze materiais didáticos, incluindo apresentações multimídias, folhetos e apostilas, em formato digital e impresso.

b) Principais Problemas

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias

No ano de 2009, o Cenaflor teve a ampliação do seu quadro técnico de funcionários. Foram incorporados à equipe três servidores temporários: dois da área técnica florestal e um da área de comunicação.

d) Transferências

Não foram realizadas transferências referentes a esta ação.

2.3.2.10. Ação 6035- Pesquisa e Desenvolvimento Florestal

Quadro XI – Dados gerais da ação

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade	
Finalidade	Realizar pesquisas e promover o desenvolvimento científico e tecnológico subsidiando a formulação e a implementação de normas de acesso e uso dos recursos florestais e orientando para o melhor aproveitamento dos produtos de origem florestal.	
Descrição	Geração de conhecimentos, desenvolvimento e inovação de técnicas e tecnologias, para a implantação de sistemas de produção florestal sustentáveis e com ênfase no uso múltiplo das florestas naturais e plantadas. Agregação de valor aos produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, racionalizando a exploração e o processamento dos recursos florestais, aperfeiçoando as práticas de processamento associadas às indústrias de base florestal, valorizando as florestas e gerando renda e promovendo a inclusão social.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	Varlone Martins	
Unidades executoras	Laboratório de Produtos Florestais (LPF)	

a) Principais Resultados:

Foram executados dezoito projetos de pesquisa relacionados à tecnologia da madeira, de forma contínua durante o ano de 2009. Destes, treze foram aprovados e iniciados no segundo semestre de 2009. Como exemplos dos projetos desenvolvidos, temos: análise do comportamento estrutural de grandes estruturas de madeiras e avaliação da durabilidade natural de 107 espécies de madeiras da Amazônia.

Além dos projetos de pesquisa, o LPF desenvolveu outras atividades que visam otimizar o uso dos recursos florestais, como a implementação, em conjunto com o Cenaflo, do Curso de Identificação Macroscópica de Madeiras Tropicais. Esse curso capacitou 22 profissionais de instituições envolvidas principalmente com a fiscalização e o controle na identificação de madeiras.

Buscando integrar suas atividades de pesquisa aos objetivos do Serviço Florestal Brasileiro, o LPF realizou, em 2009, duas oficinas, uma no âmbito interno (com diretores, gerentes e técnicos do SFB), e outra no âmbito externo (com representantes do setor florestal brasileiro em diversas áreas), a fim de revisar e atualizar as linhas e os temas de pesquisa

adotados pelo LPF. As oficinas geraram um novo rol de linhas e temas aos quais os projetos de pesquisa a serem desenvolvidos nos próximos quatro anos deverão enquadrar-se.

b) Principais Problemas

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias

A ação “Pesquisa e Desenvolvimento Florestal” contou, em 2009, com a renovação do acordo de cooperação técnica com a Universidade de Brasília (UnB), o que possibilitou a retomada do desenvolvimento de projetos de pesquisa conjuntos e a capacitação e a orientação de alunos, técnicos e pesquisadores.

Também foi renovado o acordo de cooperação técnica entre o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Centro Internacional de Pesquisa Agronômica e Desenvolvimento do Governo Francês (Cirad). Esta cooperação técnica, coordenada no SFB a partir do Laboratório de Produtos Florestais, é centrada na valorização dos resíduos vegetais agroflorestais e tem fortalecido as pesquisas do LPF na área de energia da biomassa.

Ainda, para viabilizar a execução da pesquisa em produtos florestais e alcançar os resultados de forma mais efetiva, foram firmados contratos relacionados a atividades laboratoriais, ou seja, manutenção, aquisição de insumos básicos para a pesquisa, e adequação da estrutura física do Laboratório de Produtos Florestais (LPF).

d) Transferências

Não houve transferências no âmbito desta ação.

2.3.2.11. Ação 8298 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável

Quadro XII – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar projetos orientados ao desenvolvimento do setor florestal nacional destinado a fomentar o desenvolvimento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor.
Descrição	Disponibilização de recursos provenientes da arrecadação com concessões florestais e recursos de outras fontes que venham a ser destinados ao FNDF, para aplicação, prioritária, em projetos nas seguintes áreas de: I - pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; II - assistência técnica e extensão florestal; III- recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; IV - aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais; V - controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos; VI - capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais; VII - educação ambiental; VIII - proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel
Gerente-Executivo	Marco Giovanni Clemente Conde
Unidades executoras	Gerência Executiva de Fundo e Fomento - Geff

a) Principais Resultados:

Um dos principais instrumentos para operacionalização da Ação é o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), criado pela Lei nº 11.284/2006. Entretanto, a não edição, pelo Presidente da República, do Decreto que o regulamenta fez com que as iniciativas de apoio a projetos de desenvolvimento florestal sustentável se restringissem apenas às emendas parlamentares.

No exercício de 2009, foi concretizada apenas uma celebração de convênio referente ao apoio à promoção da propagação de espécies de orquídeas do cerrado.

b) Principais Problemas:

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias:

Foram contratadas duas técnicas especializadas, por meio de contrato temporário, para atuação em Análise Estratégica e Orçamento e Finanças. Quanto às parcerias, não foram efetivadas no âmbito desta ação.

d) Transferências:

Foi firmado um convênio com o governo do Distrito Federal, Jardim Botânico de Brasília, para promoção da propagação de espécies de orquídea do cerrado, no valor de R\$ 100.000,00, que, apesar de já empenhado, não foi transferido. O projeto foi oriundo de emenda parlamentar que determinou a instituição beneficiada.

2.3.2.12 Ação 8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário

Quadro XIII – Dados gerais da ação

Tipo		Ação Orçamentária	
Tipo de Ação	Atividade		
Finalidade	Promover o manejo florestal sustentável comunitário em áreas públicas, agregando valor à produção, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida da população.		
Descrição	Identificação de comunidades locais e populações tradicionais, controlando e apoiando os processos de destinação não onerosa dos recursos florestais; Promoção da capacitação de comunitários e técnicos, para o controle florestal, para o manejo florestal comunitário, para a prestação de assistência técnica florestal, para o processamento e agregação de valor à produção e para sua comercialização; Diagnóstico e proposição de adaptações aos instrumentos econômicos associados ao uso e conservação dos recursos florestais manejados por comunidades.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro		
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel		
Gerente-Executivo	Márcia Regina de Carvalho S. G. Muchagata		
Unidades executoras	Gerência Executiva de Florestas Comunitárias (GEFC)		

a) Principais Resultados:

Em 5 de junho de 2009, foi assinado o Decreto nº 6.874/2009, que cria o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF), o que representou um marco para as comunidades que manejam floresta. Além disso, foi lançado, em dezembro de 2009, o primeiro Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar, em que foram definidas ações de assistência técnica, capacitação, fortalecimento institucional e regularização ambiental.

Em relação a assentamentos de reforma agrária, foram realizadas visitas a assentamentos da BR-163 e da Transamazônica, para a seleção de experiências a serem acompanhadas, com a elaboração de um plano de trabalho para a implementação de Manejo Florestal Comunitário em nove assentamentos. Também foram avaliados os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitários em andamento na Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre.

Além disso, estudos e levantamentos de comunidades em florestas públicas têm sido realizados para atender a dois objetivos principais. O primeiro deles é a identificação de

eventuais comunidades locais nas áreas previstas para concessão florestal. O segundo é à identificação de comunidades em florestas públicas com interesse em realizar manejo florestal, visando apoiá-las com ações de fomento.

Foi realizado um diagnóstico rápido participativo no Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá, em Candeias do Jamari, Rondônia. Em parceria com o Incra Rondônia, também já foram realizadas ações de capacitação em manejo florestal e organização social e pretende-se dar apoio às organizações locais para que essa experiência se constitua em referência para os assentamentos dessa área extremamente ameaçada.

b) Principais Problemas

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias

A principal forma de execução de atividades deu-se por contratação, por meio de pregão. Essa modalidade deve ser reforçada em 2009. A seguir, apresenta-se quadro com as principais contratações e parcerias relacionadas ao manejo florestal comunitário.

Quadro XIV – Principais contratações e parcerias relacionadas ao manejo florestal comunitário.

Contrato / Parceria	Nome da Pessoa Jurídica	Objeto
Parceria	<i>The International Union Conservation of Nature (IUCN)</i>	Aprofundamento do trabalho com produtos não madeireiros em diversas áreas.
Contrato	Centro de Apoio aos Microempreendedores (CAM)	Elaboração de dois planos de negócios para associações quilombolas de Saracá-Taquera (PA).
Contrato	Instituto Estadual do Meio Ambiente (Inea)	Levantamento socioeconômico da Flona de Altamira (PA).
Contrato	STCP Engenharia de Projetos LTDA	Censo demográfico das Flonas Crepori e Jamaxim (PA).
Contrato	Associação Plantas do Nordeste (APNE)	Serviço de assistência técnica florestal em treze assentamentos do sertão pernambucano.
Contrato	Associação Andiroba	Consultoria para execução do Inventário Florestal Diagnóstico do Projeto Florestal de Jequitibá (RO).
Contrato	Associação Instituto Socioambiental de Viçosa – ISA/VIC	Elaboração do Plano Operacional Anual da Vila Céu do Mapiá (Flona do Purus).

Uma parceria entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Serviço Florestal Brasileiro realizou a elaboração de inventário participativo de produtos não madeireiros em Cristalino (PA).

d) Transferências

Foi repassado para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) o valor de R\$ 100.000,00 em atendimento ao projeto UTF/062, referente à consolidação dos instrumentos políticos do Programa Nacional de Florestas.

2.3.2.13 Ação 8304 - Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais

Quadro XV – Dados gerais da ação

Tipo	Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Implementar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas.
Descrição	Consolidação das informações sobre as características florestais e fundiárias das florestas públicas em domínio da União, dos estados e dos municípios, delimitando suas áreas, registrando os imóveis e demarcando estas florestas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel
Gerente-Executivo	Gustavo Chaves Machado
Unidades executoras	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas (GECFP)

a) Principais Resultados:

O principal avanço conquistado na ação de cadastro foi a efetiva identificação de mais de 230 milhões de hectares de florestas e o cadastramento dessas informações em plataforma eletrônica. Destaca-se também o avanço da interlocução com os estados no que tange à troca de informações. Dos nove estados da Amazônia Legal, cinco contribuíram efetivamente na disponibilização das informações sobre as florestas públicas. Também houve significativos avanços no que tange ao desenvolvimento de sistemas. Foram estudados os requisitos necessários para efetivar a implantação de sistema de gerenciamento eletrônico do Cadastro Nacional de florestas públicas em vista de integrar suas informações ao Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Em 2009, não foram utilizados os recursos orçamentários nas ações voltadas ao cadastramento de florestas públicas, pois tais ações estiveram amparadas em um acordo de cooperação firmado com o Ibama. Esse acordo trata de amplo espectro de oportunidades no âmbito das áreas de comando e controle, bem como na troca de informações entre os partícipes. O principal ganho para a ação foi a utilização da infraestrutura e das instalações do Centro de Monitoramento Ambiental (Ceman) do Ibama no desenvolvimento de sistemas e processamento de dados, que resultou na plataforma eletrônica do Cadastro Nacional de Florestas Públicas. Além disso, outros sistemas do Serviço Florestal Brasileiro estão sendo desenvolvidos e hospedados em colaboração com o Ceman.

b) Principais Problemas

Não houve eventuais insucessos ou erros de avaliação de conduta detectados pelo controle interno, CGU ou TCU.

c) Contratações e Parcerias

Em 2009, não foram realizados repasses e contratações.

d) Transferências

Não houve transferências de recursos relacionadas a esta ação.

2.4. Desempenho Operacional

No ano de 2009, o Serviço Florestal realizou o monitoramento dos contratos de transição firmados com o órgão. Estes contratos são um mecanismo de transição para adequar os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) aprovados antes da Lei de criação do Serviço Florestal e em operação em florestas públicas federais. Estes contratos devem ser vistoriados pelo órgão ambiental e passar por um processo de licitação em até 24 meses após a vistoria de campo. Além disso, o detentor do PMFS deverá pagar pelo uso dos produtos extraídos da floresta. Os contratos já expirados foram objeto de avaliações de campo, como parte dos procedimentos para suas respectivas finalizações administrativas.

Dessa forma, foram monitorados e finalizados nove contratos, todos localizados em municípios do Pará. Em 2009, esses contratos tiveram uma arrecadação total de R\$ 1.124.775,90 (um milhão, cento e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e cinco reais e noventa centavos), que corresponde ao valor pago pelo uso dos produtos extraídos da floresta.

O Serviço Florestal Brasileiro geriu, em 2009, três contratos de concessão florestal da Flona do Jamari. Os três concessionários tiveram seus Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) homologados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em setembro e dezembro de 2009. Atualmente, os concessionários estão em fase de preparação para o início das operações florestais, previstas para julho de 2010. Assim, não foram efetuados os pagamentos pelos produtos e serviços em 2009.

Além disso, foi lançado edital de licitação para concessão florestal da Flona Saracá-Taquera, totalizando 140.540 ha, subdivididos em três Unidades de Manejo Florestal (UMF).

Em relação à capacitação na área do Manejo Florestal, o Cenaflor realizou e apoiou 31 eventos de capacitação e difusão de temas relacionados ao Manejo Florestal e a gestão de florestas públicas, que atingiram 653 pessoas. O público beneficiário dessas capacitações foram: lideranças locais (comunitárias, empresariais e políticas), gestores e funcionários públicos que atuam com o tema de Manejo Florestal, no âmbito federal, estadual e municipal (tais como funcionários do Incra, Emater Ibama e polícia ambiental militar), produtores rurais e comunidades tradicionais, profissionais, professores e estudantes do ensino profissionalizante na área florestal (engenheiros e técnicos florestais), comunicadores da áreas de imprensa nacional e internacional.

As ações relativas ao Manejo Florestal Comunitário estão sendo desenvolvidas, principalmente na Amazônia, com prioridade para os assentamentos e para as áreas previstas no PAOF e seus arredores. Buscam, com isso, uma sinergia entre as atividades do setor empresarial e o setor comunitário, contribuindo para a criação de uma economia de base florestal sustentável nessas regiões.

Em relação a assentamentos de reforma agrária, foram realizadas visitas a assentamentos da BR-163 e da Transamazônica, para a seleção de experiências a serem acompanhadas, com a elaboração de um plano de trabalho para a implementação de Manejo Florestal Comunitário em nove assentamentos. Também foram avaliados os Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) comunitários em andamento na Reserva Extrativista (Resex) Verde para Sempre.

Além disso, estudos e levantamentos de comunidades em florestas públicas têm sido realizados para atender a dois objetivos principais. O primeiro deles é a identificação de eventuais comunidades locais nas áreas previstas para concessão florestal. O segundo é à identificação de comunidades em florestas públicas com interesse em realizar manejo florestal, visando apoiá-las com ações de fomento.

2.4.1. Programação Orçamentária

Quadro XVI - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Serviço Florestal Brasileiro - SFB	44102	440075

Tabela I - Programação das Despesas Correntes

(Em R\$ 1,00)

Origem dos Créditos Orçamentários		1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA	1.433.578	2.428.131			34.623.342	36.486.127	
	LOA	1.433.578	2.428.131			30.493.343	35.526.127	
CRÉDITOS	Suplementares	978.000	6.455.000			2.610.077	1.456.972	
	Especiais	Abertos						1.190
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados						2.605.847	
Outras Operações								
Total		2.411.578	8.883.131			30.497.573	36.984.289	

Fonte: SIAFI

Tabela II – Programação das Despesas de Capital

(Em R\$ 1,00)

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA	7.420.000	4.700.000				
	LOA	5.080.654	4.700.000				
CRÉDITOS	Suplementares	352.978					
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	352.978	1.604.235				
Outras Operações							
Total		5.080.654	3.095.765				

Fonte: SIAFI

Tabela III – Resumo da Programação das Despesas e reserva de Contingência

(Em R\$ 1,00)

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		Reserva de Contingência	
		Exercícios					
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA	36.056.920	38.914.258	7.420.000	4.700.000		
	LOA	31.926.921	37.954.258	5.080.654	4.700.000		
CRÉDITOS	Suplementares	3.588.077	7.911.972	352.978			
	Especiais	Abertos		1.190			
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados	2.605.847		352.978	1.604.235		
Outras Operações							
Total		32.909.151	45.867.420	5.080.654	3.095.765		

Fonte: SIAFI

Em relação à programação orçamentária originária, cabe ressaltar as dificuldades enfrentadas pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) na compatibilização do limite orçamentário estabelecido pelo Órgão Central (Ministério do Meio Ambiente) e as reais necessidades de crédito do SFB em sua programação de trabalho. Como consequência dessa

limitação, diversos fatores impeditivos são gerados para o cumprimento de uma programação plena, afetando significativamente os resultados e o desempenho do SFB em sua missão na gestão de florestas públicas.

Tabela IV – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais (Em R\$ 1,00)	2 – Juros e Encargos da Dívida (Em R\$ 1,00)	3 – Outras Despesas Correntes (Em R\$ 1,00)
Interna	Concedidos					
	Recebidos	440088		8.882.121		16.117.212
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 – Investimentos (Em R\$ 1,00)	5- Inversões Financeiras (Em R\$ 1,00)	6 – Outras Despesas de Capital (Em R\$ 1,00)
Interna	Concedidos					
	Recebidos	440088		530.022		
Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

2.4.2. Execução Orçamentária

Tabela V - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários da UJ

(Em R\$ 1,00)

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência		79.354		79.354
Pregão	6.430.584	6.282.916	6.430.584	6.282.916
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	151.076	1.583.779	151.076	1.583.779
Inexigibilidade	89.174	32.119	89.174	32.119
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	46.472	44.439	46.472	44.439
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	2.282.448	8.773.606	2.282.448	8.773.606
Diárias	235.215	567.258	235.215	567.258
Outros	3.468.045	7.787.990	3.468.045	7.787.990

Fonte: SIAFI

Tabela VI - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários da UJ

(Em R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 - Despesas de Pessoal	2.282.447	8.773.606	2.282.447	8.773.606			2.282.447	8.773.606
11-vencimentos e vantagens fixas - PC	2.031.835	7.342.949	2.031.835	7.342.949			2.031.835	7.342.949
13-obrigações patronais	224.981	1.350.320	224.981	1.350.320			224.981	1.350.320
16-outras despesas variáveis - PC	25.631	53.553	25.631	53.553			25.631	53.553
Demais elementos do grupo		26.784		26.784				26.784
2 - Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	8.832.743	15.847.832	8.832.743	15.847.832	3.723.822	4.744.726	2.803.702	11.100.420
04-contratação por tempo determinado	286.399	6.021.491	286.399	6.021.491				6.021.491
37-locação de mão-de-obra	570.598	3.153.313	570.598	3.153.313	31.115	1.306.751		1.846.562
39-outros serviços de terceiros - PJ	3.087.185	2.850.332	3.087.185	2.850.332	1.018.958	1.879.887	808.958	970.235
Demais elementos do grupo	4.888.561	3.822.696	4.888.561	3.822.696	2.673.749	1.558.088	1.994.744	8.283.623

Fonte: SIAFI

Tabela VII – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos Originários da UJ

(Em R\$ 1,00)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	1.587.824	530.023	1.587.824	530.023	863.124	197.751	820.060	329.677
39- outros serviços de terceiros - PJ	62.350	139.117	62.350	139.117	62.350	139.117	62.350	
51-obras e instalações	27.731		27.731		12.856		12.856	
52-equipamentos e material permanente	1.497.743	390.906	1.497.743	390.906	787.918	58.635	744.854	329.677
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI

Conforme demonstrado nos quadros anteriores, verifica-se que foram adotados todos os procedimentos, durante o exercício de 2009, no que se refere à eficiência na execução orçamentária do orçamento da área finalística do Serviço Florestal Brasileiro – SFB, com estrita conformidade procedimental com o que foi estabelecido nas leis do Plano Plurianual, Lei das Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e demais Decretos.

Vale ressaltar as dificuldades enfrentadas pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB, não só no exercício de 2009, como ao longo dos últimos anos, com a queda não somente do valor orçamentário aprovado, mas dos limites definidos à gestão orçamentária do SFB. Tal prática, além de frustrar as expectativas do órgão, vem gerando problemas no planejamento dos exíguos recursos restantes.

Em relação à limitação orçamentária é pertinente frisar o grave contingenciamento imposto à execução orçamentária do Serviço Florestal Brasileiro - SFB. A Setorial Orçamentária e Financeira do Ministério do Meio Ambiente estabeleceu e descentralizou, no ano de 2009, a dotação para movimentação e empenho em custeio e capital, retiradas as despesas de pessoal obrigatórias, de R\$ 18.317.596,00, valor correspondente a 45,98% da dotação inicial solicitada pelo SFB.

Históricos de desembolso de limites como o apresentado que se repetem a cada ano, bem como a dificuldade de se obter referenciais monetários maiores na elaboração da Proposta Orçamentária têm sido fatores impeditivos para o cumprimento de uma programação plena e que afetam significativamente os resultados e desempenhos da nossa execução orçamentária e financeira. Soma-se, ainda, a dificuldade de conciliar a natureza plurianual do planejamento e gestão das concessões florestais com o exercício orçamentário, que tem base anual, e também pelas restrições de processos jurídicos.

Por todo o exposto, conclui-se que os procedimentos orçamentários/financeiros confirmaram-se com os de boa gestão, permitindo o Serviço Florestal Brasileiro alcançar, no limite orçamentário imposto, o seu objetivo de gestão das florestas públicas brasileira.

Tabela VIII – Execução Física das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
18	122	0506	2D25	atividade	4	-	-	-	-
18	127	0506	10F1	projeto	4	ha de florestas demarcadas	2.000.000	100.000	200.000
18	127	0506	8304	atividade	4	ha de florestas cadastradas	100.000.000	-	50.000.000
18	128	0506	4950	atividade	4	nº de pessoas capacitadas	640	653	340
18	131	0506	4641	atividade	4	-	-	-	-
18	541	0506	10TC	projeto	3	% de inventário realizado	20	10,70	10
18	541	0506	10TD	projeto	4	% de sistema implantado	10	10,60	10
18	541	0506	2D12	atividade	3	ha de contratos gerados	1.000.000	236.900	1.000.000

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
18	541	0506	2D13	atividade	4	nº de distritos florestais implantados	3	1	1
18	541	0506	8298	atividade	3	nº de projetos apoiados	20	1	6
18	541	0506	8300	atividade	4	ha de área manejada	100.000	47.900	90.000
18	571	0506	6035	atividade	4	nº de pesquisas realizadas	18	6	14
18	573	0506	20A7	atividade	4	nº de tecnologias difundidas	10	-	4
18	122	0750	09HB	operação especial	4	-	-	-	-
09	272	0089	0181	operação especial	4	-	-	-	-
18	122	0750	7N79	projeto	4	prédio construído	100	-	-

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
18	126	0750	2003	atividade	4	-	-	-	-
18	301	0750	2004	atividade	4	peessoa beneficiada	88	88	95
18	301	0750	20CW	atividade	4	servidor beneficiado	-	-	-
18	306	0750	2012	atividade	4	servidor beneficiado	71	71	113
18	331	0750	2011	atividade	4	servidor beneficiado	2	3	3
18	365	0750	2010	atividade	4	criança atendida	10	10	13

Fonte: SIGplan/SIAFI

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

Tabela IX – Evolução de Gastos Gerais

(Em R\$ 1,00)

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	914.022	939.409	2.014.952
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	98.118	235.215	567.258
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	116.042	570.598	3.153.313
3.1 Publicidade			
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação		144.843	913.093
3.3 Tecnologia da Informação			
3.4 Outras Terceirizações	116.042	425.755	2.240.220
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	11.897	27.015	14.327
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	4.603	15.645	29.271
TOTAIS	1.132.785	1.760.867	5.764.794

Fonte: SIAFI

2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela X – Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010
18	122	0506	2D25	atividade	4	-	-	-	-	14.407.814	10.643.327	18.902.971
18	127	0506	10F1	projeto	4	ha de florestas demarcadas	2.000.000	100.000	200.000	3.000.000	600.387	450.000
18	127	0506	8304	atividade	4	ha de florestas cadastradas	100.000.000	-	50.000.000	1.350.000	-	800.000
18	128	0506	4950	atividade	4	nº de pessoas capacitadas	640	653	340	1.800.000	707.008	550.000
18	131	0506	4641	atividade	4		-	-	-	300.000	840	10.000
18	541	0506	10TC	projeto	3	% de inventário realizado	20	10,70	10	3.300.000	933.720	850.000
18	541	0506	10TD	projeto	4	% de sistema implantado	10	10,60	10	1.550.000	239.360	1.400.000
18	541	0506	2D12	atividade	3	ha de contratos gerados	1.000.000	236.900	1.000.000	9.700.000	3.282.508	10.300.000
18	541	0506	2D13	atividade	4	nº de distritos florestais implantados	3	1	1	3.200.000	1.680.767	1.700.000
18	541	0506	8298	atividade	3	nº de projetos apoiados	20	1	6	2.800.000	-	650.000

Função	Subfunção	Programa	Ação	TipodaAção	Prioridade	Unidade de Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2010
18	541	0506	8300	atividade	4	ha de área manejada	100.000	47.900	90.000	2.500.000	325.026	2.035.992
18	571	0506	6035	atividade	4	nº de pesquisas realizadas	18	6	14	2.000.000	455.822	1.600.000
18	573	0506	20A7	atividade	4	nº de tecnologias difundidas	10	-	4	1.000.000	-	250.000
18	122	0750	09HB	operação especial	4	-	-	-	-	1.210.299	1.106.212	1.114.122
09	272	0089	0181	operação especial	4	-	-	-	-	1.010	-	1.020
18	122	0750	7N79	projeto	4	prédio construído	100	-	-	395.765	-	-
18	126	0750	2003	atividade	4	-	-	-	-	200.000	-	-
18	301	0750	2004	atividade	4	pessoa beneficiada	88	88	95	84.735	79.535	96.612
18	301	0750	20CW	atividade	4	servidor beneficiado	-	-	-	1.190	-	9.999
18	306	0750	2012	atividade	4	servidor beneficiado	71	71	113	142.641	136.486	348.672
18	331	0750	2011	atividade	4	servidor beneficiado	2	3	3	7.944	7.378	73.092
18	365	0750	2010	atividade	4	criança atendida	10	10	13	11.787	10.616	12.882

Fonte: SIGplan/SIAFI

Em relação às ações que apresentaram problemas de execução, podemos destacar três ações:

a) Planejamento e Gestão das Concessões Florestais – 2D12, o planejamento e a gestão de concessões florestais concentrou seus esforços em três linhas trabalho, com os seguintes resultados:

i-Habilitação de florestas públicas – Compreende a preparação de florestas públicas para que se tornem legalmente aptas para serem objeto de editais de licitação para a concessão florestal. Os principais resultados alcançados foram: elaboração de planos de manejo florestal para 2.508.995 hectares de florestas públicas, das quais aproximadamente 60% das áreas serão licitadas em 2010; apoio à elaboração de estudos prévios à elaboração de planos de manejo (inventários florestais, levantamentos de fauna, censos demográficos e levantamentos do meio físico) para 1.602.371 hectares de florestas públicas, que terão seus planos de manejo concluídos em 2010; apoio aos estados do Pará, Acre e Amapá para a implementação de concessões florestais em florestas públicas estaduais.

ii-Elaboração de editais de licitação de florestas públicas: lançamento do edital de licitação de concessão florestal para a Flona Saracá-Taquera (PA), contendo um lote de três Unidades de Manejo Florestal totalizando 140.540 hectares; elaboração do edital de licitação de concessão florestal para a Flona do Amana (PA), contendo um lote de três Unidades de Manejo Florestal totalizando 354.459 hectares.

iii-Gestão de contratos: gestão e acompanhamento de três contratos de concessão florestal na Flona Jamari (RO) assinados no ano de 2008; gestão e acompanhamento de 4 contratos de transição.

Em relação à execução da ação 2D12, a execução de mais de um quarto do orçamento inicialmente previsto foi um resultado relativamente positivo. Primeiramente, porque somente a partir do mês de maio, praticamente na metade do ano, os funcionários aprovados em concurso público puderam ser incorporados ao quadro laboral e somente a partir de meados de junho se encontravam plenamente capacitados para executar suas funções. Em segundo lugar, as unidades de conservação objeto do processo de concessão florestal precisam estar aptas e com seus respectivos planos de manejo devidamente aprovados por seu órgão gestor. Apesar de o Serviço Florestal Brasileiro ter empreendido esforços no sentido de colaborar e

cooperar na execução destas ações, o órgão competente para aprovar esses estudos não conseguiu cumprir plenamente as metas inicialmente planejadas. Desse modo, não foi possível submeter ao processo licitatório as unidades de conservação planejadas para o ano de 2009. A execução de 25,16% do orçamento previsto indica ser necessário um incremento nesse aspecto gerencial e, apesar de ainda estar muito distante do ideal, reflete as limitações acima apresentadas.

O Serviço Florestal Brasileiro teve seu orçamento inicial contingenciado em 50%. Além disso, a execução orçamentária não foi plenamente cumprida porque o órgão gestor das unidades de conservação que deveriam vir a ser licitadas não apresentou o plano de manejo, condição indispensável para a consecução das concessões florestais.

b) Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável – 8298, os recursos foram empenhados na Emenda Parlamentar nº 14820003, para execução do projeto Orquídeas do Cerrado a ser executado pelo Jardim Botânico de Brasília. Além deste projeto, foi empenhada Emenda Parlamentar nº 037358/2009 para projeto de recuperação de matas ciliares no município de Rio Bonito, contudo, a Prefeitura Municipal de Rio Bonito, instituição proponente do projeto, encontrava-se inadimplente, impossibilitando o andamento do processo.

Em relação à execução da ação 8298, o apoio a projetos de desenvolvimento florestal sustentável consiste basicamente no estabelecimento de convênios com outros entes da federação e instituições privadas sem fins lucrativos, portanto, o sucesso desta ação depende de inúmeros fatores como: a capacidade técnica e operacional das instituições para a elaboração de bons projetos (trata-se de um gargalo histórico no Brasil), sobretudo, na região norte do país, foco desta ação; os riscos de inadimplência das instituições no ato da celebração dos convênios (uma realidade no âmbito desta ação); e dificuldades internas deste Ministério para o estabelecimento de convênios.

c) Elaboração do Inventário Florestal Nacional – 10TC, as principais atividades desenvolvidas no âmbito do Inventário Florestal Nacional, foram: o desenvolvimento de manuais de campo, contendo todos os procedimentos para as medições em campo e seu teste

em campo, nos principais biomas brasileiro, mais precisamente nos municípios de Caicó-RN (Caatinga), Paracatu-MG (Cerrado) e Urubici-SC (Mata Atlântica). Após a realização dos testes, foram efetuadas três reuniões de avaliação e correções da metodologia, (i) com a participação de uma comissão de especialistas que trabalhou na formulação da metodologia, (ii) com um grupo de especialistas nacionais em estatística aplicada a levantamentos florestais (amostragem) e (iii) com especialistas internacionais em estatística aplicada a inventários florestais nacionais (Finlândia e Estados Unidos).

Além dos testes e sua avaliação, foram realizados estudos contratados (consultoria pessoa física) em sistema de informações do IFN, manual de operações do projeto para orientar a contratação de serviços e repasse de recursos em diferentes situações (instituições federais, estaduais, empresas, etc), definição da metodologia de interpretação de imagens de satélite para análise de paisagens, e estudo para a definição da tecnologia de envio de informações do campo para o sistema central localizado no Serviço Florestal. Fizeram-se ainda duas reuniões de consolidação das variáveis do IFN, tendo como público alvo (i) diferentes grupos de interesse e (ii) tomadores de decisão, a fim de verificar se as variáveis contemplam a demanda de informações desses grupos. Houve aquisição de equipamentos e instrumentos para compor o programa de treinamento, com possibilidade de formação de 3 equipes ao mesmo tempo. O Estado de Santa Catarina está realizando o seu inventário florestal, como parte do Nacional, uma vez que utiliza a metodologia desenvolvida. Além disso, foram iniciados contatos com os estados de Sergipe e Rio de Janeiro, que manifestaram interesse de implementação do IFN como parte de sua política florestal.

É importante ressaltar que os testes de campo e sua subsequente avaliação por especialistas permitiram ajustes na metodologia do IFN que possibilitarão a produção de informações sobre os estoques de biomassa e carbono do país, no âmbito da convenção das mudanças climáticas.

Em relação à execução da ação 10TC, o ano de 2009 foi de baixa execução orçamentária, porque a ação dedicou-se à conclusão da metodologia de coleta de dados em campo, tendo como ápice os testes de campo e sua avaliação por especialistas nacionais e internacionais, atividades concluídas no final do mês de agosto de 2009. Ressalta-se ainda como fator que contribuiu para a baixa execução orçamentária, o uso de recursos internacionais na realização desses testes e algumas reuniões, oriundos de projeto cooperação

técnica com FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), que foi finalizado em 31/12/2009.

Após a avaliação dos testes, o Serviço Florestal iniciou imediatamente a preparação de projeto, na forma de convênio, para apoio e implementação do IFN em de Santa Catarina. O processo de preparação da documentação do convênio, incluindo a reunião de documentos e procedimentos junto ao Sisconv, infelizmente não pôde ser finalizado antes de meados de novembro e assim a execução de recursos da União forçosamente foi afetada. A implementação do IFN naquele estado, com apoio do IFN/Serviço Florestal, teve que ser adiada para o início de 2010, o que já está sendo providenciado. Em 2010 não haverá mais testes, já que a metodologia de coleta de dados em campo foi toda concluída, sendo todos os esforços destinados à implementação do IFN em campo, prioritariamente em áreas nos estados de Sergipe, Rio de Janeiro e Distrito Federal, além do Estado de Santa Catarina, desta vez apenas com recursos do orçamento geral da União. É importante salientar, ainda, que o Serviço Florestal Brasileiro teve seu orçamento inicial contingenciado em 50%.

2.4.5. Indicadores de Desempenho ou Institucionais

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por ser um órgão com somente dois anos de existência, está ainda em fase de estruturação com ajustes em seus processos de trabalho. Por esse motivo, encontra-se em fase de estudos a elaboração de indicador de desempenho com representatividade em medir o fenômeno-objeto e que seja efetivamente utilizado no processo de tomada de decisão gerencial de forma a colaborar em um processo de melhoria contínua do desempenho da instituição.

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Tabela XI – Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	59	59	159
Próprios	50	50	150
Requisitados	9	9	9
Celetistas	85	100	100
Cargos de livre provimento	46	53	80
Estatutários	27	30	50
Não Estatutários	19	23	30
Terceirizados	58	80	80
Total	248	292	419

Em relação a recursos humanos, salienta-se que o Serviço Florestal Brasileiro, por ser um órgão muito recente, com início efetivo de funcionamento em junho de 2006, encontra-se em processo de estruturação de seu quadro de pessoal, composto por servidores do quadro permanente e temporário do Ministério do Meio Ambiente, por servidores cedidos ou requisitados de outros órgãos da administração pública federal, e por mão-de-obra terceirizada para a realização de serviços de apoio operacional e administrativo.

Ao final do exercício de 2009, o quadro total do órgão era de 248 funcionários, dos quais se pode destacar 73 alocados para a Ação Funcionamento do Serviço Florestal, que apesar de não estarem na totalidade do tempo voltados à essa ação, tem a maior parte de seu tempo alocado para o seu cumprimento. Dentro do número de funcionários, foram considerados os servidores efetivos, temporários, terceirizados e os de cargo comissionados, alocados na Diretoria, Gabinete, Gerência de Tecnologia da Informação e Gerência de Administração e Logística. Na avaliação do órgão, o quantitativo de pessoal ainda está aquém do desejável, uma vez que pela demanda de trabalho e cumprimento das metas, seria necessário um contingente superior no quadro de pessoal.

Como forma de treinamento, procurou-se ao longo do ano de 2009, capacitar os funcionários, por meio de cursos internos e externos, no que tange a processos

administrativos, procedimentos de compras e licitações, gestão de contratos, que têm agregado informações de grande valia para o órgão, no sentido de realizar suas atividades que se coadunam com as boas práticas da administração pública.

O Serviço Florestal terminou o ano de 2009 com 248 funcionários, sendo 59 servidores efetivos, 85 temporários, 46 cargos de livre provimento (DAS) e 58 terceirizados. Destaca que, do total, 59 são dedicados às ações de capacitação e pesquisa nos Centros Especializados, 159 desempenham suas atividades na administração central e 30 atuam nas Unidades Regionais do SFB, que estão localizadas em Santarém-PA, Porto Velho-RO, Colombo-PR e Natal-RN.

É importante ressaltar que, em dezembro de 2008, foi realizado processo seletivo simplificado para contratação de 100 servidores temporários, distribuídos em 25 especialidades diferentes. Os servidores temporários, num total de 85, assinaram contrato em maio de 2009 e foram distribuídos por todas as gerências e Unidades Regionais, com o intuito de fortalecer a instituição e auxiliar o órgão no cumprimento de suas metas.

Tabela XII - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas (Em R\$ 1,00)	Retribuições (Em R\$ 1,00)	Gratificações (Em R\$ 1,00)	Adicionais (Em R\$ 1,00)	Indenizações (Em R\$ 1,00)
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0	-				
2008	6	596.052,00				
2009	59	7.654.174,90	989.934,28	1.326.278,40	380.426,80	49.331,63
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	3	-				
2008	3	218.760,00				
2009	89	4.710.519,31				
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	7	-				
2008	18	1.110.114,00				
2009	15	877.251,06				
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	-	-				
2008	-	-				
2009	1	516.600,86				
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	11	-				
2008	18	709.415,00				
2009	28	728.529,11				

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo (Em R\$ 1,00)	Qtd.	Custo (Em R\$ 1,00)	Qtd.	Custo (Em R\$ 1,00)	Qtd.	Custo (Em R\$ 1,00)
2007	-	-	13	-	-	-	3	-
2008	-	-	43	561.790,00	-	-	1	8.808,00
2009	15	38.415,89	58	1.808.146,38	-	-	5	44.040,00

Em relação à gestão de recursos humanos do Serviço Florestal Brasileiro, primeiramente ressaltamos o *status quo* do órgão como integrante da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, conforme Decreto no 6.101, de 26 de abril de 2007, com nível de secretaria, porém com autonomia administrativa e financeira prevista em contrato de gestão.

Essa autonomia administrativa, no que cerne a gestão de recursos humanos propriamente dita a cargo do Serviço Florestal Brasileiro, tem se resumido a providências para nomear, designar e dispensar servidores em exercício no órgão, para ocuparem cargos em comissão, DAS 101.1, 101.2 e 101.3. Pode-se observa que se trata de uma gestão limitada e de pouco alcance.

Nesse sentido, e considerando sua vinculação institucional, a gestão de recursos humanos lotados no Serviço Florestal Brasileiro é, de fato, exercida pela Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério do Meio Ambiente.

Em relação ao contingente, o Serviço Florestal Brasileiro, em 2009, teve sua força de trabalho composta por servidores efetivos, em exercício descentralizado, requisitados, cedidos, comissionados, além de servidores temporários e funcionários terceirizados.

Após realização de concurso público, ingressaram na força de trabalho 85 servidores temporários, fortalecendo a atividade do Órgão. Porém esses novos servidores foram insuficientes para suprir toda a necessidade laboral diante do grande desafio que representa a gestão de florestas públicas brasileiras. Esses servidores temporários, de nível superior, foram utilizados nas áreas fim, pois as atividades meio estavam a cargo de mão-de-obra terceirizada, que os apóiam administrativamente.

Contudo, esse apoio administrativo terceirizado, conforme orientação da Advocacia Geral da União, Ministério do Trabalho e Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração, deveria entrar em processo de substituição por servidores efetivos até a data de 31 de dezembro de 2010. Baseado nessas orientações, o Serviço Florestal Brasileiro planejou e conseguiu a aprovação junto ao Ministério do Planejamento, para realização de concurso de nível médio para o provimento de 48 vagas para o quadro permanente do órgão.

Apesar da realização ou previsão de concursos públicos para o Serviço Florestal Brasileiro, sua mão-de-obra se vê comprometida a longo prazo. Esse comprometimento tem caráter iminente, com estimativa de dois anos, pois a grande maioria dos servidores efetivos, principalmente aqueles redistribuídos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), já se encontram em processo de aposentadoria.

Em se tratando do aprimoramento intelectual dos servidores do Serviço Florestal Brasileiro, as capacitações em 2009 foram realizadas de forma espontânea, de acordo com o interesse e necessidade de cada servidor. Além disso, foi elaborado o Plano de Capacitação 2010 a ser aprovado, para atender a todos os servidores de forma equânime.

Diante o exposto, conclui-se que o Serviço Florestal Brasileiro, apesar da evolução notória, ainda carecerá de mão-de-obra efetiva, de nível médio e superior, nos próximos anos, principalmente quando vislumbramos sua autarquização, com a formação de quadro de pessoal próprio permanente.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve.

5. Inscrições de Restos a Pagar no Exercício e saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela XIII - Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

(Em R\$ 1,00)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	64.048		60.205	3.843
2008	9.173			9.173
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	4.942.477	584.636	76.343	4.281.498
2008	4.586.946	281.311	3.623.762	681.873

Fonte: SIAFI

Os empenhos passíveis de inscrição em Restos a Pagar foram analisados de acordo com os dispositivos legais e regulamentares pertinentes, em especial com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); art. 36 da Lei nº 4.320/1964; o art. Caput, do Decreto-Lei nº 200/1967; os artigos 35, 67 e 68 do Decreto nº 93.872/86; e os códigos 02.03.07 e 02.03.18 do manual SIAFI.

Em 2009 a inscrição de despesas em restos a pagar foi disciplinada ainda pela regra contida no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda ao titular de Poder ou Órgão contrair obrigações a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa.

6. Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Tabela XIV – Quadro de Detalhamento de Transferências

(Em R\$ 1,00)

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
440075 / 37.115.375.008-83		Serviço Florestal Brasileiro							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
Convênio	SICONV 715.388/2009	Jardim Botânico de Brasília	R\$ 112.000	R\$ 12.000	-	R\$ 0,00	31/12/2009	31/7/2010	Em andamento
Acordo de Cooperação	Projeto UTF/BRA/062/BRA	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO	US\$7.693.452,00	-	R\$ 4.650.000	R\$ 532.000	1/1/2004	31/7/2010	Em andamento

7. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica ao Serviço Florestal Brasileiro, uma vez que o pagamento de previdência complementar do órgão é realizado pelo Ministério do Meio Ambiente.

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Tabela XV - Projetos e Programas financiados com Recursos Externos (Demonstrativo dos Fluxos Previstos e Realizados)

Discriminação						
UTF/BRA/062 - Consolidação dos instrumentos políticos e institucionais para a implementação do Programa Nacional de Florestas - Financiador FAO -Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação						
Custo Total	Doação		Contrapartida Nacional	Valor das Transferências de recursos		
	Previsão	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto
US\$ 7.639.452,00	US\$ 7.639.452	US\$ 6.533.939	-	-	-	-
Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa						
Motivos que impediram ou inviabilizaram	Devido ao atraso na assinatura da 4ª revisão substantiva, várias cartas de acordos ficaram comprometidas em relação ao prazo de execução do plano de trabalho, e impossibilitando a execução das demais atividades para conclusão do projeto. Outro fato foi à mudança de direção do Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, provocando um novo atraso no cronograma de execução do projeto.					
Providências adotadas para correção	Foi realizada em 2009 a composição da quinta revisão do projeto que se tornou necessária para readequação de linhas orçamentárias e prorrogação do projeto.					
Discriminação						
GCP/BRA/070/EC - Projeto Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira - FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação						
Custo Total	Doação		Contrapartida Nacional	Valor das Transferências de recursos		
	Previsão	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto
€ 8.680.000,00	€ 2.386.961	€ 957.008	€ 2.800.000	-	-	-

Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa						
Motivos que impediram ou inviabilizaram	Considerando que os trabalhos só iniciaram a partir da aprovação do POA/POG em maio de 2009, o projeto conta com uma execução efetiva de apenas 8 meses. A baixa execução inicial do projeto foi devida aos percalços iniciais, de natureza organizacional					
Providências adotadas para correção	Formação da equipe da Unidade de Gestão do Projeto; composição da estrutura operacional; divisão e coordenação das responsabilidades; elaboração e aprovação do Plano Operativo Global e o Plano Operativo de 2009, Contratação de consultor para realizar um diagnóstico situacional, promover o detalhamento do planejamento e ações.					
Discriminação						
PCT CIRAD - Valorização energética das florestas brasileiras pelo conceito das biorefinarias - CIRAD - Departamento de Florestas do Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento.						
Custo Total	Doação		Contrapartida Nacional	Valor das Transferências de recursos		
	Previsão	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto
R\$ 1.636.000,00	R\$ 601.500	R\$ 351.500	R\$ 786.000	-	-	-
Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa						
Motivos que impediram ou inviabilizaram	Nao comprado pelo SFB reator de pirolise rapida que custa 250.000,00 Reais.					
Providências adotadas para correção	Busca de aquisição direta de equipamento de empresa especializada.					
Discriminação						
PD 142/02 REV.2(F) - Realizar os estudos necessários para a introdução do “Regime de Concessões Florestais” no Brasil, para a produção sustentável de madeira, bem como elaborar os planos de manejo relativos e as regras e procedimentos para essas concessões – Florestas Nacionais de Caxuanã (PA), Jamari (RO) e Tefé (AM).						
Custo Total	Doação		Contrapartida	Valor das Transferências de recursos		

	Previsão	Realizado	Nacional	Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto
US\$ 1,642,804.00	US\$ 878.167	US\$ 878.167	US\$ 764.637	-	-	-
Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa						
Motivos que impediram ou inviabilizaram	Inicialmente houve dificuldade de operacionalização dos recursos financeiros, mas com a transferência do projeto para o Serviço Florestal Brasileiro esse problema foi resolvido. Atualmente os recursos estão sendo utilizados e novos pedidos de desembolso foram feitos à ITTO. Outros fatores contribuíram para o atraso do projeto tais como: Equipe pequena x dificuldade de contratação de pessoal; Mudanças institucionais (Ibama x Chico Mendes); Greves no IBAMA.					
Providências adotadas para correção	Transferência do projeto para o Serviço Florestal; Ampliação da equipe que trabalha nas flonas; Estruturação do Serviço Florestal Brasileiro; Estruturação do Instituto Chico Mendes instituição parceira no projeto; Convenio com a WWF para a elaboração da ERA.					
Discriminação						
TCP/BRA/3103 - Estabelecimento de bases metodológicas e parcerias para o Inventário Florestal Nacional do Brasil						
Custo Total	Doação		Contrapartida Nacional	Valor das Transferências de recursos		
	Previsão	Realizado		Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto
US\$ 440,000.00	US\$ 440,000	US\$ 350,000	-	-	-	-
Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa						

<p>Motivos que impediram ou inviabilizaram</p>	<p>As atividades dos testes da metodologia em campo foram executadas por meio de instituições contratadas através de cartas de acordo, as quais exigiram um grande período de tramitação e, conseqüentemente, houve atrasos para o início dos trabalhos de campo. Outro fator que contribuiu para o atraso foi a dificuldade de acesso a algumas áreas dos testes, mas que representa as dificuldades que serão encontradas para a implementação do IFN. Devido a estes atrasos as atividades que dependiam dos resultados dos testes de campo, e que estavam programadas para serem executadas durante o segundo semestre de 2009, ainda não foram iniciadas. Os relatórios finais de alguns testes ainda não foram entregues, e desta forma algumas atividades deverão ser realizadas no primeiro semestre de 2010. O projeto do IFN devido às dimensões do Brasil e as diversidades encontradas nas regiões, tanto sociais como vegetacionais, exige de todo o processo a participação de diversos atores para tomadas de decisões e elaboração do projeto como um todo. Por esse motivo são necessárias diversas reuniões com especialistas das diferentes regiões brasileiras e nos diversos temas que o IFN aborda. Algumas reuniões também dependem do término de algumas atividades para posterior avaliação e adaptação, caso necessário, da metodologia do IFN. Assim, a conciliação dessas reuniões com a disponibilidade de tempo e deslocamentos dos participantes demanda naturalmente uma agenda expandida para o projeto.</p>
<p>Providências adotadas para correção</p>	<p>Foi aprovada a extensão do projeto até julho de 2010, O dinheiro restante será gasto nas rubricas “treinamento” e “Consultoria”.</p>

9. Renúncias Tributárias

Não se aplica ao Serviço Florestal Brasileiro.

10. Operações de fundos

Não se aplica ao Serviço Florestal Brasileiro.

11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve.

11B. Determinações e recomendações do TCU

Não houve.

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

O Serviço Florestal Brasileiro não possui quadro próprio, pois seu quadro é composto por servidores requisitados, nomeados em cargo de confiança sem vínculo, servidores temporários e terceirizados. A gestão de recursos humanos do órgão é realizada pela Coordenação de Recursos Humanos do Ministério do Meio Ambiente. Pelo exposto, este item não se aplica ao Serviço Florestal Brasileiro.

13. Registros atualizados nos sistemas SIASG e SICONV

As declarações encontram-se anexadas a este relatório.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Existe uma pendência em relação à prestação de contas relativa a suprimento de fundos no valor de R\$ 7.600,00 (Ato de Concessão: 005/2009; número SIAFI: 2009SF000005) cuja solicitação de quitação já foi encaminhada ao servidor suprido, Sr. Fernando Ludke.

Serviço Florestal Brasileiro

www.florestal.gov.br

SCEN, Av. L4, Trecho 2, Bloco H

70.818-900 / Brasília - DF

Tel. +55 61 2028-7272 / +55 61 2028-7269 (Fax)

ANEXOS

Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

ROL DE RESPONSÁVEIS - EXERCÍCIO DE 2009

Unidade Gestora: 440075

Gestão: 44102

Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	Tasso Rezende de Azevedo			CPF:	151.404.518-40
Endereço eletrônico:	tasso.azevedo@mma.gov.br				
Endereço residencial:	Rua Alves Guimarães, nº 662, apart. 150 – Bairro: Pinheiros				
Município:	São Paulo	CEP:	05.410-001	UF:	SP
Telefone:	(11) 3578-9428	Fax:	---	Cargo:	Diretor-Geral
Designação:	Data – 2/6/2006	Portaria Casa Civil 392/2006			
Exoneração:	Data - 6/4/2009	Portaria 148/2009			
Período de Gestão:	Data início – 5/6/2006	Data fim – 6/4/2009			

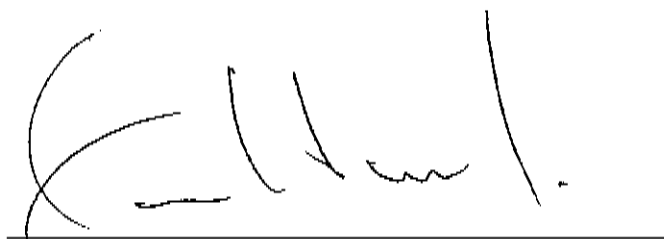
Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	Luiz Carlos de Miranda Joels			CPF:	316.169.257-87
Endereço eletrônico:	luiz.joels@florestal.gov.br				
Endereço residencial:	SQS 114 Bloco F apart. 607 – Asa Sul				
Município:	Brasília	CEP:	70.377-060	UF:	DF
Telefone:	(61) 9671-6364	Fax:	(61) 3345-4806	Cargo:	Diretor
Designação:	Data - 11/8/2006	Portaria MMA 356/2006			
Exoneração:					
Período de Gestão:	Data início – 11/8/2006	Data fim -			

Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	José Natalino Macedo Silva			CPF:	142.060.489-91
Endereço eletrônico:	natalino.silva@florestal.gov.br				
Endereço residencial:	SQN 402 Bloco T apart. 301- Asa Norte				
Município:	Brasília	CEP:	70834- 200	UF:	DF
Telefone:	(61) 9671-7411	Fax:	(61) 2028-7269	Cargo:	Diretor
Designação:	Data - 4/12/2006	Portaria MMA 773/2006			
Exoneração:					
Período de Gestão:	Data início – 4/12/2006	Data fim -			

Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	Claudia de Barros e Azevedo Ramos		CPF:	812.954.567-53	
Endereço eletrônico:	claudia.ramos@florestal.gov.br				
Endereço residencial:	SHIN QI 9 Conj. 7 casa 4 – Lago Norte				
Município:	Brasília	CEP:	71515-270	UF:	DF
Telefone:	(61) 9671-6862	Fax:	(61) 3368-2373	Cargo:	Diretor
Designação:	Data - 4/12/2006	Portaria MMA 774/2006			
Exoneração:					
Período de Gestão:	Data início - 4/12/2006	Data fim -			

Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	Thais Linhares Juvenal		CPF:	014.574.057-92	
Endereço eletrônico:	thais.juvenal@florestal.gov.br				
Endereço residencial:	QI 9 conj. 6 casa 11 – Lago Sul				
Município:	Brasília	CEP:	70.818-900	UF:	DF
Telefone:	(61) 9671-6667	Fax:	(61) 2028-7269	Cargo:	Diretor
Designação:	Data - 22/10/2008	Portaria MMA 720/2008			
Exoneração:					
Período de Gestão:	Data início - 22/10/2008	Data fim -			

Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	Antonio Carlos Hummel		CPF:	112.506.231-20	
Endereço eletrônico:	antonio.hummel@florestal.gov.br				
Endereço residencial:	SQN 210 Bloco A apart. 518 – Asa Norte				
Município:	Brasília	CEP:	70.862-000	UF:	DF
Telefone:	(61) 9673-9204	Fax:	(61) 3307-7269	Cargo:	Diretor-Geral
Designação:	Data - 7/4/2009	Portaria Casa Civil 149/2009			
Exoneração:					
Período de Gestão:	Data início - 8/4/2009	Data fim -			



Dirigente da Unidade

Antonio Carlos Hummel
Diretor Geral
Serviço Florestal Brasileiro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Mem. Circular nº 08 /SPOA/SECEX/MMA

Em, 02 de março de 2010

Ao Senhor Diretor-Geral do Serviço Florestal Brasileiro/SFB

Assunto: Declaração do Contador

Em cumprimento ao item 1 da parte B do Anexo II da DN-TCU 100/2009 e item 15 do documento emitido pela CGU "Orientações Complementares para Elaboração do Relatório de Gestão", encaminho a Vossa Senhoria as Declarações do Contador responsável para compor o Relatório de Gestão dessa Unidade Jurisdicionada.

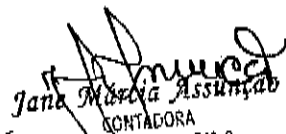
Atenciosamente,

GERSON GALVÃO

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração/MMA

15. Informações Contábeis da Gestão
 (Item 1 da parte B do Anexo II da DN-TCU-100/2009)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ): SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB			Código da UG:
ITTO-OIMT-ORGANIZACAO INTER. DE MAD. TROPICAL - SFB/PD 142/02 REV.2			440056
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA – DF	Data	26/02/2010
Contador Responsável	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/0-0 - DF


 Jane Márcia Assunção
 CONTADORA
 CRC-DF Nº 5477/0-0
 Resp/Setorial de Contabilidade/MMA

15. Informações Contábeis da Gestão
 (Item 1 da parte B do Anexo II da DN-TCU-100/2009)

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB			440075 - 440088
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siatfi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>Código da UG: 440075 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB</p> <p>a) Falta e/ou atraso documentação de conformidade registro de gestão (Restrição 952); b) Falta de comprovação e prestação de contas suprimentos de fundos (Restrição 465).</p> <p>Código da UG: 440088 - Setorial de Programação Orçamentária e Financeira - SFB</p> <p>a) Falta e/ou atraso documentação de conformidade registro de gestão (Restrição 952).</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local:	BRASÍLIA - DF	Data:	26/02/2010
Contador Responsável:	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC n.º	5477/0-0

Jane Márcia Assunção
 CONTADORA
 CRC-DF Nº 5477/0-0
 Resp/Setorial de Contabilidade/MPA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes a contratos firmados pelo Serviço Florestal Brasileiro no exercício de 2009 estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei no 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Brasília, 30 de março de 2010.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ayrton Maurício Azeredo', written over a vertical line.

AYRTON MAURÍCIO AZEREDO
Gerente Executivo de Administração e Logística
SIAPE 1438783



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes a convênios firmados pelo Serviço Florestal Brasileiro no exercício de 2009 estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei no 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Brasília, 30 de março de 2010.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'João Paulo Sotero', written over a circular stamp or seal.

JOÃO PAULO SOTERO
Coordenador do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
SIAPE 1571848

João Paulo Sotero
Coordenador do FNDE
Gerência de Fomento e Gestão do FNDE
Serviço Florestal Brasileiro/MMA